

# O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana

**Airton José Cavenaghi<sup>1</sup>**

1. Professor e Assessor Acadêmico do curso de Hotelaria da Universidade Anhembí-Morumbi, São Paulo. E-mail:cavenagh@anhembi.br

**RESUMO:** Este artigo propõe um estudo da cartografia elaborada para representar o território paulista durante o século XIX. Procura-se demonstrar a permanência de valores culturais ligados à época colonial por meio da análise de alguns modelos cartográficos, não necessariamente ligados a uma escola cartográfica. Nesse processo busca-se identificar os valores formativos do espaço territorial da região, da identidade cultural do homem comum e das necessidades específicas de seu cotidiano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cartografia. Iconografia. Cultura Visual. Território. São Paulo. Século XIX.

**ABSTRACT:** This paper presents a study about the cartography elaborated to represent São Paulo's territory during the 19<sup>th</sup> century. The author seeks to show the permanence of cultural values related to the colonial period by analyzing some cartographical models, which are not necessarily linked to a cartographic school. In this context, the author seeks to identify the formative values of the regional territorial space, the cultural identity of the common Man and the specific needs of his or her daily life.

**KEYWORDS:** Cartography. Iconography. Visual Culture. Territory. São Paulo. 19<sup>th</sup> Century.

*Um mapa lhe diz: leia-me cuidadosamente, siga-me de perto, não tenha dúvidas relacionadas a mim.*

Beryl Markman, citado por J.B. Harley (1989)

A frase de Markman, apresentada de forma crítica por Harley, mostra a forma mais comum para a interpretação de um objeto cartográfico, ou seja, que ele é a expressão perfeita da técnica, amparada por uma espécie de

2. Esse artigo aborda aspectos da tese de doutoramento *Olhos do barão, boca do sertão*: uma pequena história da fotografia e da cartografia no Noroeste do território paulista (da segunda metade do séc. XIX ao início do século XX), defendida no Programa de Pós-graduação em História Social da FFLCH/USP, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Silva, em dezembro de 2004, realizada com o auxílio da Capes. Disponível para consulta em: <<http://periodicos.anhembi.br/arquivos/trabalhos/162385.pdf>>. Agradeço ao amigo e ex-aluno Gilberto Back pela ajuda na organização dos arquivos iconográficos.

construção positivista da realidade. Pouco se fala de sua função social. Na condição de documento, é muitas vezes usado como um simples auxiliar para a interpretação do cotidiano histórico do grupo social, sendo, inclusive, considerado documentação comprobatória das hipóteses apresentadas. Mas isolado, como deve ser “lido”?<sup>2</sup>

Harley, ao escrever seu artigo em 1989, propõe-se a *desconstruir um mapa*. Suas idéias visavam a ler um objeto cartográfico e entendê-lo não só pelas suas regras científicas (padrões da escola cartográfica a que pertence a reprodução iconográfica), como também pelo contexto social de sua produção: quais os valores, os padrões e os modelos inseridos no cotidiano do produtor do objeto a ser observado?

Os mapas não são inocentes – alguém já disse isso em relação às imagens –, pelo contrário, representam aspectos significativos da carga mnemônica de seu produtor. São objetos sociais e, portanto, dimensão da existência dos grupos que os constituíram.

Outra análise aponta para o mapa como parte de uma construção do espaço, transformando-o em objeto da prática etnográfica. Essa postura é compartilhada, por exemplo, pelo antropólogo Marcel Mauss, que se propôs a inventariar a identidade dos grupos sociais pela produção de uma cartografia de investigação: “A primeira questão, no estudo de uma sociedade, consiste em saber de que é que se fala. Para isso organizar-se-á a cartografia completa da sociedade: uma sociedade ocupa [sempre] um espaço determinado” (MAUSS, 1967, p. 18). Esse texto, concebido a partir das “instruções de etnografia descritiva” ministradas, entre 1929 e 1939, na École Pratique des Hautes Études, no Collège de France, só foi publicado em 1947, três anos antes de sua morte. Seu Manual de Etnografia tornou-se um clássico da Etnologia, demonstrando preocupações importantes quanto a inventariar, entre outros aspectos, a percepção que as sociedades possuem de seu espaço territorial cotidiano.

A cartografia como ciência de cognição é parte fundamental (ainda usando outra clássica expressão de Mauss) dos “fatos sociais totais” – o mapa é um objeto social – dos grupos humanos envolvidos em sua produção. Neste artigo, discutem-se particularidades da produção cartográfica relacionada ao espaço territorial da Província de São Paulo na segunda metade do século XIX. Associa-se a discussão à compreensão do espaço urbano que se constituía, em especial na capital, como elemento impulsionador dessa cognição cartográfica.

A representação cartográfica inicial do território paulista: uma observação participante

Do território paulista, muito já se escreveu relacionado ao seu espaço, a seus agrupamentos humanos e a sua história. Há notícias dos cronistas e memorialistas que se aventuram pela região, criando, ou mesmo recuperando,

toda uma toponímia para designar o habitante e sua relação com o meio. A cartografia desse espaço inicial também pode ser vista como uma descrição. Não a cartografia oficial e administrativa, mas aquela feita do olhar inicial do português sobre seu espaço conquistado. Aquela que buscava descrever os limites das propriedades, conforme, por exemplo, se lê na série de registros das sesmarias concedidas para muitos desses habitantes do território que se formava e moldava-se ao gosto do colonizador.

Os limites das propriedades, entre 1771 e 1822, eram medidos pela proximidade com alguns acidentes do terreno: “[...] meia légua de terras do rio da Ribeira, districto da Villa de Iguape”; ou pela identificação com outro personagem que já possuísse o registro do espaço: “[...] partem com terras de Joaquim Ferreira de Aguiar”. (REPERTÓRIO DAS SESMARIAS, 1994, p. 99). A terra buscava sua legitimação administrativa e, mesmo assim, a leitura do espaço ainda era realizada pela descrição desvinculada de qualquer padrão científico. Nota-se, dessa forma, a existência de uma herança cultural ligada aos primeiros momentos de colonização. Tal qual o trabalho de um etnólogo, o espaço, ao ser mapeado, era descrito com detalhes de um “olhar participante”. Esses detalhes constituíam a visão cotidiana do grupo e não representavam um apelo tecnológico, ou seja, uma racionalidade científica.

Muitos dos elementos cartográficos produzidos representavam realidades locais para as quais se buscava atrair particularidades da política administrativa central. Essas produções iconográficas, que podemos chamar de *croquis cartográficos* (esboços não científicos e não padronizados), são elementos desse processo cultural pelo qual passava a então Capitania de São Paulo<sup>3</sup>. Os desenhos eram realizados pelo contato direto com o ambiente mapeado e, assim, “contaminados” com os elementos mnemônicos de seu produtor. Muitos desses *croquis* também foram confundidos com *borrões*, ou seja, anotações realizadas *in loco*, que seriam futuramente trabalhadas e detalhadas na confecção dos mapas finais (JUZARTE, 2000)<sup>4</sup>. Através dos *croquis*, é possível identificar toda uma realidade cartográfica muitas vezes desassociada do trabalho formal de um cartógrafo. Há, portanto, duas vertentes de interpretação do território: a oficial, presa às condições técnicas e científicas das escolas cartográficas do período<sup>5</sup>, e uma outra, fruto de necessidades cotidianas locais, para as quais os elementos científicos não encontravam razão de uso.

Os padrões científicos da cartografia são elementos presentes no Brasil desde a época colonial. A escola cartográfica portuguesa é um exemplo desse processo, pois seu desenvolvimento levou ao mapeamento do território e à sua legitimação como colônia.

Este critério de análise foi pensado por Affonso de Taunay, em sua *Collectanea de mappas da cartographia paulista antiga* (1922), quando estabeleceu quatro fases diferentes para a produção cartográfica relacionada à Província de São Paulo. A primeira fase é conhecida como “heróica”: os mapas confeccionados não obedecem a uma lógica científica, sendo resultado de observações assistemáticas, de primeiras impressões sobre o território. São

3. Para Céurio de Oliveira, “um croqui cartográfico é uma representação aproximada e limitada, de um ou vários fenômenos” (OLIVEIRA, 1980, p. 96).

4. Nessa obra há importantes referências à questão dos *borrões*, dos quais Juzarte, pelas condições de realização de seus trabalhos, fez um largo uso.

5. Beatriz Bueno lembra que, “a partir do século XVIII, a cartografia perdeu definitivamente o caráter decorativo em benefício da precisão científica”. Criam-se símbolos, estipulam-se e padronizam-se o uso de determinadas cores, além da produção de obras relacionadas diretamente ao trabalho do cartógrafo como as de Manuel Azevedo Fortes, *Tratado do modo o mais facil e o mais exacto de fazer as cartas geographicas, assim de terra como de mar, e tirar as plantas das praças*, uma edição de bolso para ajudar no trabalho em campo, editado em 1722, e *O engenheiro português*, de 1728. (BUENO, 2004, p. 206-207).

6. A produção de mapas neste formato permite uma maior facilidade de interpretação - leitura - e também recortes visuais específicos para uma análise mais setORIZADA, incluindo reproduções mais pormenorizadas dos locais escolhidos.

desenhos classificados como "mais ou menos fantasistas". A segunda é relacionada a uma cartografia das "comissões de limites", na qual a maior preocupação é a manutenção do espaço do próprio território. A ideia de Taunay, *comissões de limites*, refere-se à criação de uma cartografia mais detalhada dos aspectos limítrofes entre o Brasil e os países vizinhos, ou seja, representações menos fantasiosas, embora sem dados concretos do interior do território. A cartografia deste período mostra, como exemplo, uma preocupação no registro das fronteiras entre as Capitânias e na identificação do espaço territorial português na América do Sul. Nota-se que, na atualidade, essa expressão usada por Taunay é confusa, pois leva a se pensar nas Comissões criadas para o efetivo mapeamento de recursos minerais e dos limites territoriais do país durante o Segundo Império e Primeira República. Tais Comissões só começaram a serem estabelecidas durante o século XIX, com a criação da Comissão Geológica do Brasil, liderada por Charles F. Hart em 1875 (FIGUEIRÔA, 1997).

Essa fase das "comissões de limites", descrita por Taunay, é sucedida por uma terceira, identificada como "cartografia documentária" e relacionada especificamente ao momento em que o território passa a ter caminhos padronizados, linhas férreas, entre outros melhoramentos que exigiram seu conhecimento pormenorizado. Esse período, entre os séculos XVII e XIX, é caracterizado por uma grande produção documental, com observações *in loco* do território, feitas por engenheiros, cientistas e viajantes.

No final dessa fase, em 1874, destaca-se a criação da Imperial Comissão Geológica, "organizada por Charles Frederic Hart, um geólogo americano, que teve como auxiliares Yeaux Carpenter e Orville Derby, também geólogos" (ARCHELA, 2000, p. 87). A última e mais recente fase faz parte do século XX e caracteriza-se pela produção de mapas com grandes escalas de representação - 1:100.000 -, já inseridos em um padrão cartográfico internacional (MORAES REGO, 1936, p. 155)<sup>6</sup>.

Há, entre essas etapas, uma ligação que, entretanto, não mostra representações cartográficas consideradas como marcos divisórios. A expressão cartográfica da Capitania, depois Província, e Estado, de São Paulo, sofre mudanças conforme as necessidades que se apresentam, resultando em uma grande produção de mapas, cuja confecção foi, em certos momentos, padronizada pelo Estado ou, simplesmente, fruto de uma necessidade de determinados grupos sociais hegemônicos. Esses mapas representam, visualmente, o poder social, político e econômico constituído.

Há uma continuidade de ideias resultantes do modelo sociocultural estabelecido. Na caracterização da primeira fase, basta lembrar a epopéia dos bandeirantes, que produziram inúmeros mapas pessoais, nos quais os aspectos cartográficos de identificação perderam o significado coletivo, pois pertenciam a um universo que tinha no "sertão" e seus elementos - fauna e flora - o conjunto classificador. Assim, tudo o que foi produzido pelas expedições bandeirantes (nos séculos XVII-XVIII) caiu no esquecimento, como nos lembra Câmara Cascudo ao citar o padre Simão de Vasconcelos: "As arrancadas para

as esmeraldas e ouro e prata e pedras azuis foram apenas informações geográficas sem efeito por terem o tempo cegado os caminhos, e crescendo as matas, e escondendo dos homens estas riquezas”(CASCUDO, 1956, p. 110).

A afirmação de Cascudo é amparada na de Affonso de E. Taunay, que classificou os homens participantes das bandeiras como “rudes”, quer dizer, não adeptos de uma política de classificação padrão, seguidores de “indicações toponímicas quase sempre de singular assonância, [que] parecem na maioria dos casos, inidentificáveis [...]” (TAUNAY, 1952, p. 1). Os nomes atribuídos pelos bandeirantes faziam parte de um cotidiano próprio daquele momento das expedições. A fusão de valores culturais diferenciados (indígenas e europeus) impedia, em vários momentos, a adoção do padrão clássico da representação geográfica que, em muitos aspectos, não era necessário a este universo cultural do bandeirante e do gentio.

A produção cartográfica, ao mesmo tempo em que é considerada como fruto de uma análise científica do território, envolvendo uma seqüência de escalas e padrões de representação, pode e deve ser interpretada por um outro viés: como uma representação mental, fruto de um momento social, político e econômico específico. A significação expressa nos mapas é conseqüência de um processo sociocultural. Para Denis Wood, ao citar Brian Harley: “A percepção comum relacionada à natureza dos mapas é que eles são um espelho, uma representação gráfica de alguns aspectos do mundo real” (WOOD, 1992, p. 18).

O espelho ao qual se refere Wood é a consagração do “eu” em relação ao “outros”, pontos de referências visuais do território mapeado, que passam a estruturar a representação cartográfica estabelecida.

Mas, se o mapa é uma construção mental, em qual momento ele passa a ser concebido? Quais os caminhos formativos da prática da descrição e como esses mesmos caminhos se formam e dialogam com o produtor da representação iconográfica? O “mundo real” é o cotidiano da observação, ou seja, “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar” (TUAN, 1983, p. 83).

Ao separar em blocos distintos as produções cartográficas criadas, as afirmações anteriores de Taunay são pertinentes, mas reducionistas. Seu olhar é de comparação, ou seja, só é possível uma representação “real” se ela possuir os padrões científicos necessários e inseridos nas escolas cartográficas estabelecidas, aquelas vinculadas, por exemplo, aos padrões científicos do Iluminismo europeu do século XVIII. No caso da Província de São Paulo, percebe-se a permanência de valores e a reprodução de características iniciais das representações cartográficas relacionadas à interpretação do território paulista. Há um “olhar exploratório”, reproduzindo a expressão da primeira fase proposta por Taunay, que, em suas análises, não se preocupou em ler o espaço pelas realidades apresentadas pelo cotidiano que seu habitante vive. Pensando dessa forma, é possível perguntar: quando isso começou oficialmente? É difícil apontar um momento específico, mas é possível trabalhar com a “desconstrução” proposta por B. Harley.

A partir da análise da mais antiga representação cartográfica conhecida, a do interior da então Capitania de São Vicente, resgata-se toda uma nova leitura do objeto elaborado e do momento histórico de sua produção. Ela teria sido realizada por Don Luis de Céspedes Xeria, em 1628, estando presente em uma correspondência enviada ao rei Felipe IV da Espanha, e descrevia o caminho fluvial percorrido pelos rios Tietê e Paraná (Figura 1). O mapa de Céspedes Xeria, já longamente descrito e analisado por Taunay (TAUNAY, 1922; 1981), mostra um território atrofiado e condicionado às necessidades imediatas da descrição do caminho. Sua realidade territorial é restrita às margens dos rios percorridos – Tietê e Paraná –, mas demonstra uma particularidade da cartografia paulista do período: a preocupação com a construção de uma identidade territorial, que tinha como herança alguns dos mecanismos usados nas antigas descrições das sesmarias. Não se usa a rosa-dos-ventos (Norte e Sul) nem uma tabulação específica, da qual os portugueses e espanhóis tinham grande conhecimento desde a época das Grandes Navegações. O padrão “fantasista”, comentado por Taunay, é de fato a reprodução da expressão de um cotidiano próprio ao período cultural em que essa representação cartográfica foi elaborada.

Aquilo que é mapeado é o de interesse imediato, o caminho fluvial no qual a então São Paulo de Piratininga é um dos pontos da jornada. O espaço além do caminho percorrido não desperta um maior interesse. A produção não é exploratória ou de reconhecimento sistemático do espaço. Define-se um caminho, e esse é suficiente para amparar as necessidades daquele cotidiano em desenvolvimento. Não há nada de técnico ou científico na produção cartográfica realizada, e, sim, um “olhar participativo”, no qual se apresenta ao governante europeu o “funcionamento” do território.

○ desenvolvimento da noção de lugar

*Território e espaço não são noções equivalentes.*

Beatriz P. S. Bueno (2004, p. 229).

Segundo o historiador português Armando Cortesão, a palavra *cartografia* é uma invenção do século XIX. O Visconde de Santarém, tradicional estudioso da cartografia portuguesa antiga, em uma correspondência dirigida ao historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, em 8 de Dezembro de 1839, comenta: “invento esta palavra (cartographia) já que ahi se tem inventado tantas” (CORTESÃO, 1960, p. 16). Cortesão afirma, ainda, que, em 1873, a palavra figura pela primeira vez no segundo volume do *Grande Dicionario Portuguez* de Domingos Vieira, apesar de já ter aparecido um pouco antes em dicionários franceses e espanhóis (Ib.). A informação é bastante pertinente, pois,

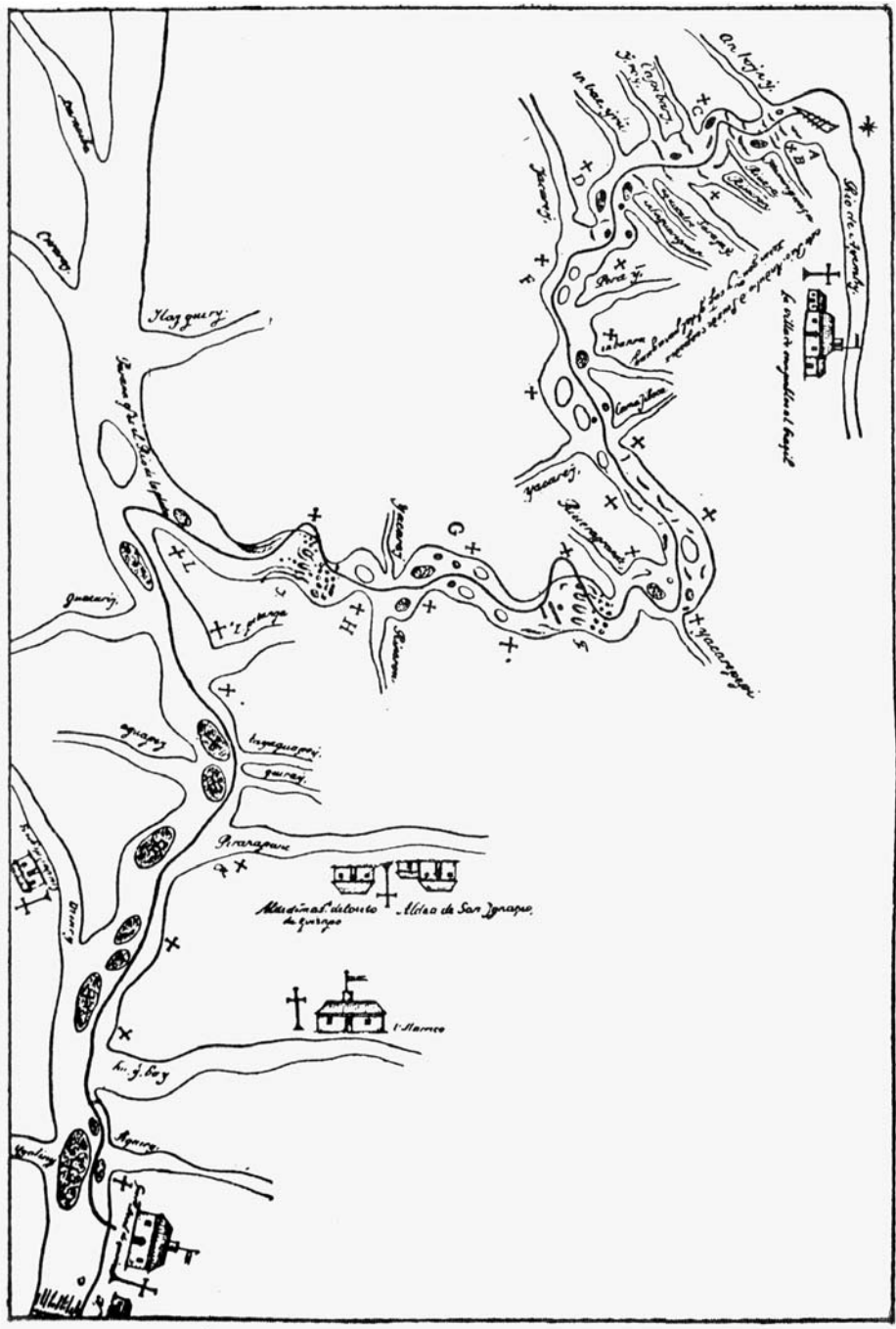


Figura 1 – Don Luis de Cesperes Xeria, Carta del gobernador del Paraguay Don Luis de Cespedes Xeria a Sua Magestad dando cuenta de su llegada al Brasil y de su viaje por tierra desde San Pablo a la ciudad de Guaira haciendo relacion del estado de esta tierra y de los rios y terrenos que atravesó para lo qual acompaña un mapa donde se indica su derrota, manuscrito, 1917 (cópia do original de 1628), 118cm x 79cm (TAUNAY, 1981, p. 97).



na ausência de modelos preexistentes, criava-se a partir da proximidade com uma experiência cotidiana em comum.

Ao se conceber um mapa, tem-se a noção da representação da verdade, pois seu propósito é condicionado a esse fator, isto é, representar de forma simbólica o território e seus elementos geográficos. Sua confecção resulta da carga cultural de seu autor, membro de uma sociedade representada por um poder dominante, que se manifesta nas circunstâncias estruturais do suporte imagético escolhido.

O mapeamento sistemático do território paulista desenvolve-se de forma acentuada durante o século XVIII, pois também é fruto do avanço da ação daqueles “toscos bandeirantes” aludidos por Taunay. O território paulista seria o suporte estratégico da ação da Coroa Portuguesa contra o avanço espanhol, e é esse o aspecto mais lembrado quando se fala em cartografia da região na época colonial. Os mapas produzidos são resultados diretos da política administrativa portuguesa, que buscava, independente das necessidades dos habitantes do próprio território, saber como o espaço se constituía.

A cartografia dessa época é associada à presença dos acidentes naturais dos terrenos próximos aos caminhos naturais usados para o seu conhecimento. Do interior do território, distante dos caminhos fluviais, pouco se sabia e quase nenhum mapa foi produzido nesse sentido. O termo “fantasista”, criado por Taunay, justifica-se ao se observar que muitos desses espaços eram preenchidos com elementos da memória do produtor do artefato cartográfico, mas pode observar-se, nesse preenchimento, inclusive uma tentativa de dar uma maior credibilidade ao documento, que serve também como um texto em que se apresenta uma hipótese cultural de seu produtor para a interpretação do local ainda desconhecido.

Este uso para esta “carta loxodrômica” (OLIVEIRA, 1980, p. 60) produzida, justificava a posse indireta do território antes mesmo de sua total exploração e conhecimento, visto o distanciamento entre o processo de colonização e o cotidiano administrativo da Coroa portuguesa.

Nota-se, assim, que a posse se legitimava pela suposta noção do espaço, que era caracterizado com os elementos cotidianos mais marcantes para o território. Esse fato já podia ser observado em uma das pranchas do famoso *Atlas de Miller*, confeccionado ainda no século XVI. A classificação “fantasista”, atribuída por Taunay, é também uma hipótese de comparação, que procura resumir a ausência de informações sobre o território para a sociedade produtora. Esses mesmos documentos estão inseridos nos padrões do cotidiano do grupo que o realiza. O espaço registrado neste mapa não é uma simples “fantasia” e, sim, resultado de expressões culturais pertinentes ao grupo do objeto material analisado. Nota-se que a caracterização daquilo que é registrado está vinculada à memória em uso naquele momento. Percebem-se animais mitológicos, como exemplo, associados à expressão do passado feudal europeu ainda vivo e atuante no imaginário coletivo desse grupo. Há o registro de um dragão, usado para preencher o espaço territorial desconhecido para além do litoral.



Nota-se, também, que a forma de trabalho do indígena é associada à própria forma de trabalho do europeu, para a qual se identifica uma espécie de capataz que dá as ordens e trabalhadores que as executam. É possível perceber esta distribuição na expressão do registro criado pelo cartógrafo. Aqueles que “mandam” estão ricamente adornados de vestimentas de penas de aves, enquanto aqueles que “são mandados” estão nus e realizam o trabalho braçal. Essa forma de manifestação da “memória coletiva” pode ser também reaproveitada conforme são instituídas novas leituras do mesmo objeto em um outro contexto histórico.

Relacionado a esse mapa, como exemplo desse processo de reformulação de uma memória, há uma curiosidade. O pintor Pedro Américo teria realizado, em 1899, uma cópia luxuosa do original, que se encontra na Biblioteca Nacional de Paris (Figura 2). Tal ato mostra a permanência dos valores cartográficos e suas posteriores releituras. Para Pedro Américo, havia a conquista do documento da história do país, mas também a reprodução, mesmo que

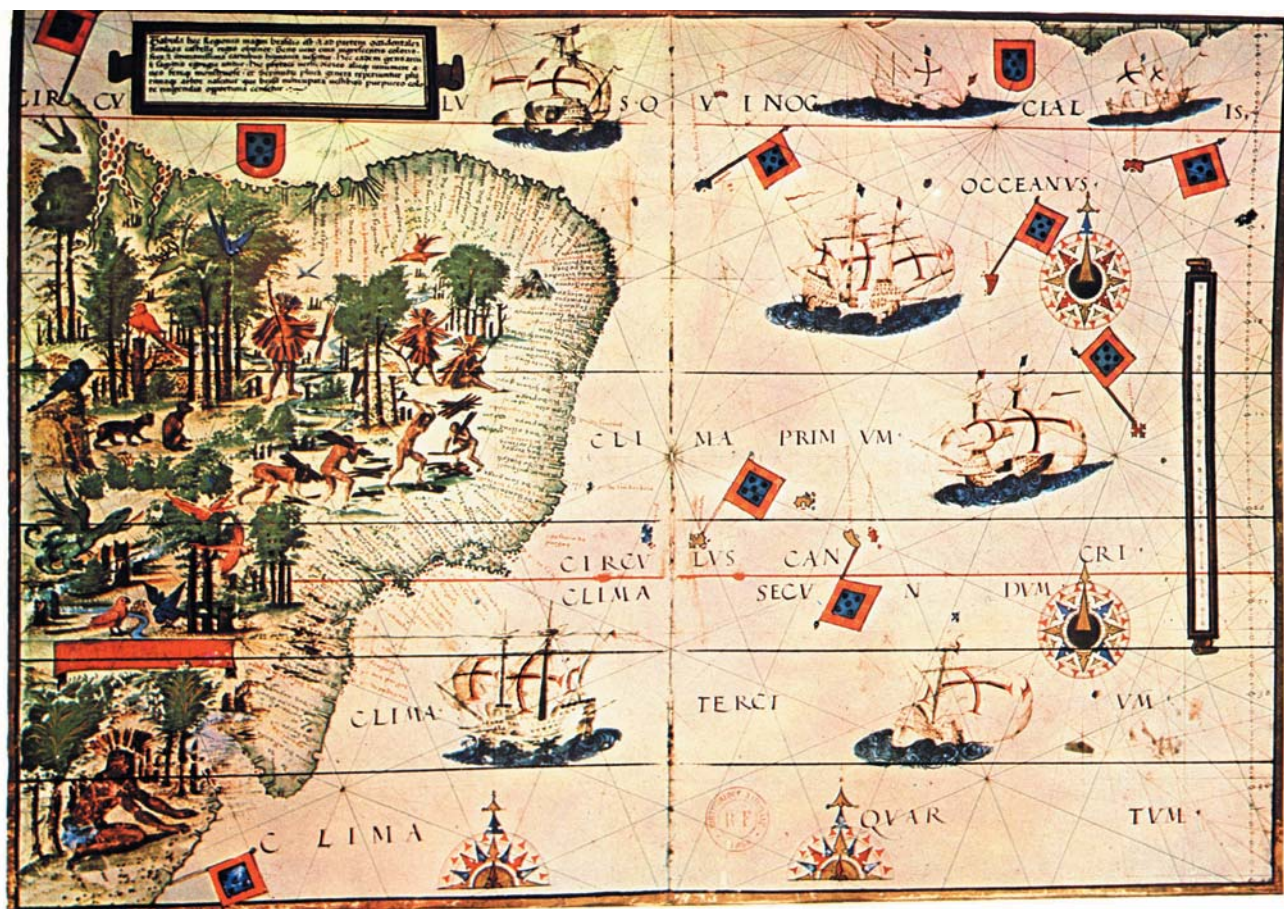


Figura 2 – Terra Brasilis, *Atlas Miller*, c. 1523-1525 [original: Biblioteca Nacional de Paris; reprodução fac-similar: Pedro Américo, 1899, Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores]. *Mapas Históricos Brasileiros*. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Grandes Personalidades da Nossa História, Pr. 8).

7. A obra de Delgado de Carvalho é publicada pela primeira vez em 1913 e reimpressa em quatro outras edições, até 1930. CARVALHO, Carlos M. Delgado de. *Geographia do Brasil*. 5ª edição completa, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930. Anteriormente esta obra era composta de dois volumes. Seu sucesso editorial levou à sua publicação em um único volume nesse mesmo ano.

inconsciente, dos símbolos de poder estampados na época de sua confecção. Deve-se lembrar, como exemplo, dos caminhos seguidos pelo pintor na construção ideológica de seu trabalho mais famoso: a pintura histórica monumental, *Independência ou morte!*, realizada entre 1886 e 1888. (OLIVEIRA; MATTOS, 1999).

○ trabalho do barão Homem de Mello: um exemplo da apropriação de uma memória territorial

A formação do “lugar”, sua representação e afirmação como território da Província de São Paulo encontra-se, por exemplo, na experiência de observação de Francisco Ignacio Homem de Mello, o barão Homem de Mello.

Homem de Mello foi um típico político da época do Império. Nascido em Pindamonhangaba e vinculado, desde o início, ao cotidiano administrativo e às realidades da Corte, forma-se em Direito nas arcadas do Largo São Francisco em 1858. Com grande aptidão para os assuntos históricos e geográficos, elabora uma série de trabalhos relacionados a esses assuntos, publicando-os em diversos locais e para diferentes públicos. Seus artigos, acolhidos tanto na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, quanto em muitos almanaques, são direcionados a um público de diferentes categorias culturais. Seus atlas geográficos – o primeiro, que coordenou e revisou, de 1882; e o segundo, de sua própria autoria, de 1909 – são verdadeiros ícones da interpretação do espaço territorial brasileiro no período, influenciando, posteriormente, muitos estudiosos da ciência geográfica, entre eles Delgado de Carvalho, por muitos considerado como um dos pioneiros da geografia nacional.

Homem de Mello, que recebe o título de barão em 1878 (na época, era presidente da ferrovia São Paulo–Rio de Janeiro), é um personagem sempre atuante nas investigações da história e da geografia brasileira. Martim Francisco, seu primeiro biógrafo, escreve, em 1921, três anos após sua morte, o epitáfio que marcaria a reputação de sua vida: “Dos quarenta e tres milhões de minutos que viveu, o dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello só não pensou em história quando não pensou em coisa alguma” (FRANCISCO, 1921, p. 27).

De seus trabalhos geográficos, a obra que encontrou maior repercussão foi o *Atlas* de 1909, que, mesmo após a publicação da obra de Delgado de Carvalho<sup>7</sup>, continuaria em uso em vários estabelecimentos de ensino no país. Muitas memórias da representação do espaço territorial brasileiro foram formadas pelo seu conhecimento e estudo. Como teria nascido a identificação do barão Homem de Mello com o conhecimento da geografia do país?

Homem de Mello exerceu o cargo de presidente de várias províncias brasileiras e entrou em contato com uma série de documentos relativos ao processo de ocupação do espaço territorial do Brasil. Esse contato acabou estabelecendo um vínculo profundo em suas idéias historiográficas, contribuindo para o

desenvolvimento de seu interesse pelo registro e uso do material cartográfico para a compreensão dos ritmos territoriais do país.

Seu trabalho repercutiria, inclusive, nas ações de Rio Branco nos processos de confirmação e negociação das fronteiras geográficas do país. É notório esse fato, pela correspondência trocada entre o barão do Rio Branco e o barão Homem de Mello nos últimos anos do século XIX (JORGE, 1999, p. 27).

De suas muitas viagens, destacam-se aquelas ocorridas pela Província de São Paulo. Delas, foi recolhida uma série de imagens, reunidas em um álbum conhecido como *Província de São Paulo*. Esse álbum fotográfico, atualmente sob a guarda da Seção de Obras Raras da Biblioteca Mário de Andrade, na cidade de São Paulo, representa uma visão única sobre o ambiente de algumas cidades do interior paulista durante a segunda metade do século XIX, sendo uma espécie de marco em relação à produção fotográfica urbana no período. A iniciativa precede à atuação de inúmeros fotógrafos, inclusive da capital, que, nesse período, ainda restringiam seus trabalhos quase que exclusivamente aos estúdios<sup>8</sup>.

A obra, composta por 16 fotografias de tamanhos diversos, mas nunca ultrapassando o tamanho do álbum, que é de aproximadamente 23cm x 31cm, apresenta fotografias em albúmen e datadas (1855, 1876, 1877, 1884 e 1886). Entre as cidades registradas encontram-se: Silveiras, Pindamonhangaba, Tatuí, Taubaté, Itatiba, Salto e São Roque. O álbum também é composto por várias anotações geofísicas sobre o território, feitas pelo próprio barão Homem de Mello; no total, têm-se quatro mapas desenhados à mão. Aparentemente, a obra é organizada como “recordação das viagens” realizadas por Homem de Mello, servindo de base para vários de seus artigos.

No exemplo do trabalho de resgate efetuado pelo barão Homem de Mello, é possível acompanhar o desenvolvimento da idéia de territorialidade, aplicado à compreensão do espaço da então Província de São Paulo.

A produção desse material documental mostra uma importante relação entre o espaço e sua visualização, seja no caso do registro fotográfico, seja na inserção desses registros no espaço percorrido pelo barão. No verso de várias das fotografias presentes no álbum, conforme comentado, há uma série de mapas manuscritos (*croquis*) realizados pelo próprio Homem de Mello, que busca, nesse ato, enquadrar, em uma única realidade visual, o território e os elementos registrados.

As fotografias são partes da constituição da memória de seu autor – que apesar de não ser o próprio barão e, sim, em muitos casos, de autoria de fotógrafos anônimos –, são registros que incorporam a formação da idéia do espaço territorial da província, que, até as décadas finais do Império, ainda era visto como desconhecido e, nesse caso, desprovido das supostas benfeitorias administrativas do poder central.

A leitura do álbum propõe um diálogo entre aquilo que se visualiza e aquilo que se representa e, nesse aspecto, os mapas confeccionados são modelos abertos que sinalizam aspectos condizentes às necessidades cotidianas

8. O álbum com todas as suas fotografias encontra-se em exposição virtual permanente na Internet. Disponível em <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/cultura/bibliotecas/marioandrade>. Acesso em 5 de Abril de 2003. Seu número de referência, chamado pelos curadores de Registro Eletrônico, é 1789.

9. A maioria das imagens fotográficas organizadas pelo Barão em seu álbum *Província de São Paulo* já tinham sido expostas ao público na Exposição de História do Brasil, realizada no Rio de Janeiro em 1881. Para mais detalhes, ver: GALVÃO, 1998, p. 1446.

apresentadas. Não basta o registro fotográfico ser feito. Torna-se necessário criar todo um modelo de compreensão cultural para a realidade que se estabelece, fazendo suscitar os valores condizentes ao propósito do registro.

Percebe-se, nessa representação, uma proximidade com os valores sertanistas dos mapas da época da colonização, nos quais o espaço articulava-se em função dos aspectos culturais dos grupos. Esse mesmo espaço é pensado de dentro para fora, ou seja, daquilo que o grupo observava como cotidiano para aquilo que o grupo gostaria de ver como cotidiano. Para os poderes administrativos estabelecidos, a face que se mostra, dessa experiência cultural, é incompreensível, porque não representa o todo que é administrado, ou seja, os padrões gerenciadores estabelecidos.

Quando Homem de Mello insere, no verso das imagens presentes em seu álbum, os pequenos esboços da paisagem, torna-se refém de uma construção que, apesar de propor uma identidade técnica, manifesta posturas participativas de seu autor com o espaço percorrido. A paisagem torna-se uma norma de comportamento, abrangendo significados maiores que as realidades a serem registradas.

Na construção de seu álbum, Homem de Mello conduz a uma leitura própria da região que percorreu – no caso, o espaço ligando várias cidades do Vale do Paraíba. É importante perceber que o registro fotográfico organizado em álbuns próprios é um documento com significados implícitos da carga mnemônica de seu produtor. Nesse caso, falar em “condução da leitura” é afirmar a escolha representativa pensada pelo proprietário quanto ao objeto a ser exposto<sup>9</sup>.

Os antigos álbuns de família, por exemplo, dos quais falou com propriedade a pesquisadora Miriam Moreira Leite, autenticam, pelos seus observadores: “um gosto de se deter e observar a si mesmo, como para se ver no ritmo doméstico de um espetáculo e aprofundar o conhecimento dos outros”(LEITE, 1993, p. 86). Esse conhecimento é fruto de um processo de organização que não se detém no espaço visual proposto pela simples contemplação do objeto iconográfico. Ele nasce das forças que compõem o espaço de atuação dos grupos e é nesse mesmo local que se percebe o processo constitutivo dos modelos de representação imagética estabelecidos.

O barão, ao propor sua própria organização e disposição das imagens pelo seu álbum, reproduz seu cotidiano formativo e, dessa forma, autentica valores intrínsecos aos modelos representativos expostos.

Vindo do Vale do Paraíba – não se deve esquecer que, além de ser seu local de nascimento, a cidade de Pindamonhangaba representa o início de sua jornada política –, seu método de identificação fica condicionado às localidades mais expressivas para o seu território cotidiano e, conseqüentemente, à inserção desse espaço na sua lógica descritiva. Tal comportamento conduz a um raciocínio linear, que pode ser percebido quando se realiza uma leitura crítica atual do álbum.



Como sua primeira imagem, ele expõe uma fotografia da cidade do Bananal, última localidade antes do Rio de Janeiro, cidade fronteiriça que apresenta a região ao possível leitor. A última imagem, embora não colada às folhas do álbum, mostra a cidade de São Paulo, local de sua juventude acadêmica no Largo São Francisco. Nessa pequena caracterização, é possível perceber o espaço de vivência do proprietário do álbum. Seu organizador, na disposição das imagens pelo corpo do volume, realiza um processo de identificação entre o objeto material produzido e o cotidiano de seu produtor (CAVENAGHI, 2004).

Do álbum organizado por Homem de Mello, em toda a distribuição das fotografias, o que chama mais a atenção é o uso de pequenos esboços cartográficos no verso de algumas imagens. Em vários momentos, a imagem fotográfica de uma localidade é o centro da cartografia, criada como se cada uma delas fosse autenticada pela sua localização no meio geográfico. As imagens organizadas no corpo do álbum fundem-se, muitas vezes, à paisagem natural, e a confecção dos mapas manuscritos, possivelmente, indica e autentica sua existência aos futuros observadores. A seqüência de imagens idealizada pelo barão, em que as figuras 3 e 4 formam um conjunto analítico e as de número 5 e 6 outro, é uma amostra pioneira do uso de fotografias e sua associação com o espaço geográfico (Figuras 3-6). Os modelos cartográficos expõem lugares



Figura 3 – *Cidade de Sorocaba*, [1876], fotografia albuminada, 22cm x 30cm [Tamanho da fotografia igual ao tamanho total do álbum]. *Provincia de São Paulo* [Álbum de Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, barão Homem de Mello]. Acervo de Obras Raras da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo. Reprodução de James Roberto Silva.

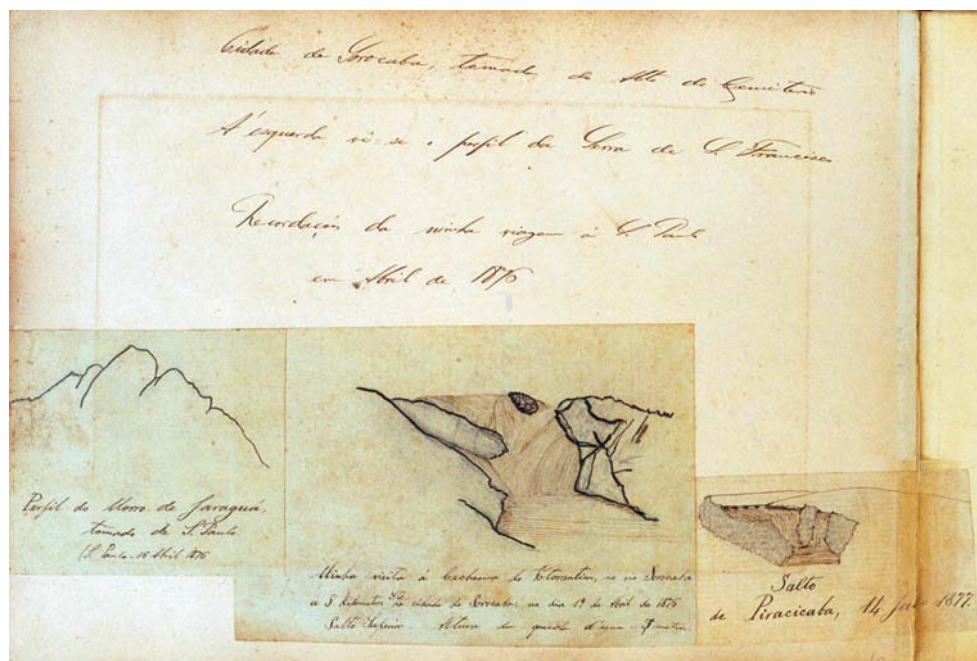


Figura 4 – Cidade de Sorocaba tomada do Alto do Cemitério; A esquerda vê-se o perfil da Serra de S. Francisco; Lembrança de minha viagem à S. Paulo em Abril de 1876. Mapa 1: Perfil do morro do Jaraguá, tomado de São Paulo (São Paulo 16 de Abril de 1876); Mapa 2: Minha visita a cachoeira de Votorantim, no rio Sorocaba a 5 Kilômetros da cidade de Sorocaba no dia 19 de Abril de 1876. Salto Superior: Altura da queda d'água 3 metros; Mapa 3: Salto de Piracicaba, 14 de Julho de 1876. Desenhos a lápis (verso da fotografia da cidade de Sorocaba). Província de São Paulo [Álbum de Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, barão Homem de Mello]. Acervo de Obras Raras da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo. Reprodução de James Roberto Silva.

com os quais Homem de Mello criou uma identificação pessoal. Sua descrição pormenorizada é resultado da fusão do idílico (o ato da viagem) e do científico (a observação *in loco* do ambiente em que se está). Essa observação garante a inserção dos aspectos de análise da paisagem e torna-se – na razão do observador, já atestada como científica – um modelo a ser reproduzido como verdade absoluta, tal qual a fotografia e o ato de sua produção, no qual não há interferência da mão humana, mas, sim, o resultado da ação “infalível” de uma máquina.

A lógica da descrição cartográfica acompanha a racionalidade do registro fotográfico, gerando um modelo composto, de dupla significação, difícil de ser questionado pelo observador. Nesse aspecto, a paisagem registrada não é só memória, mas também um documento. Ela não é mais atrelada à narrativa pura, às vezes contaminada pelo apelo ficcional, ela é, em si, a própria narrativa – nesse caso, puramente visual.





Figura 5 – Cidade de S. Roque: vista tomada da Estação, fotografia albuminada, 22cm x 30cm [tamanho total do álbum]. Província de São Paulo. Acervo de Obras Raras da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo. Reprodução de James Roberto Silva.

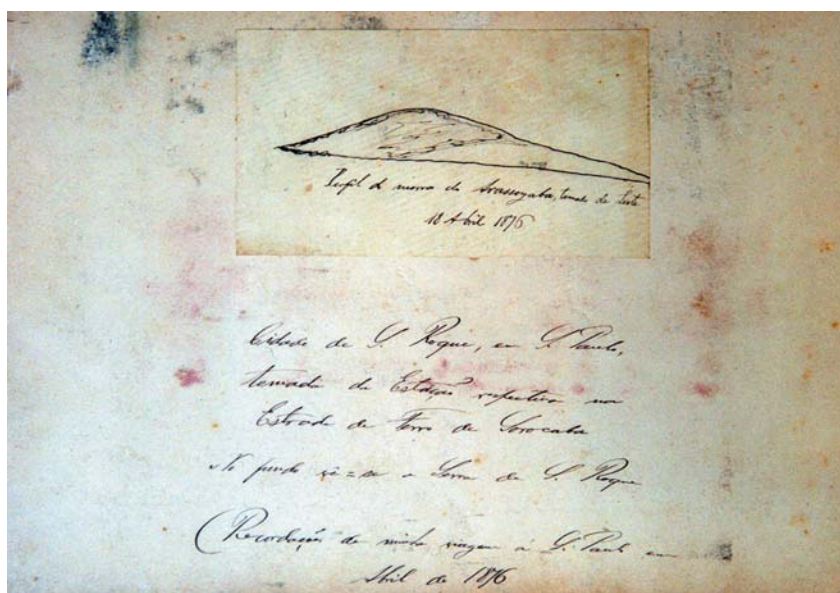


Figura 6 (verso da Figura 5) – Perfil do morro de Arassoyaba, tomado de Leste. 18 de Abril de 1876, [1876]; Cidade de S. Roque em S. Paulo, tomada da Estação respectiva (...) Estrada de Ferro de Sorocaba e do fundo vê-se a serra de S. Roque. (Recordações de minha viagem a S. Paulo em Abril de 1876), mapa manuscrito. Província de São Paulo [Álbum de Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, barão Homem de Mello]. Acervo de Obras Raras da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo. Reprodução de James Roberto Silva.



10. Relacionado à propagação do conhecimento das leis administrativas, só em 1857 se publica algo com acesso ao grande público. Nesse ano é editado o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo*, organizado por Marques e Irmão e publicado, na capital, na Typographia Imparcial de J. R. de Azevedo Marques. Em seu conteúdo, encontra-se a reprodução de uma série de normas administrativas relacionadas à constituição dos órgãos administrativos das diversas cidades da província, além de tabelas com dados estatísticos e de um *Suplemento* relacionado às novas normas eleitorais do país. A obra mostra-se pioneira na propagação desse tipo de informação, evidenciando que o panorama cultural do período era propício ao seu aparecimento.

11. Neste momento a cartografia, já absorvida do espírito científico do Iluminismo do século XVIII, com novas idéias de representação, uso de novos aparelhos tecnológicos etc., passa a absorver muito mais os ideais dos Estados Nacionais na ampliação e manutenção de suas fronteiras, além da organização e disciplinação dos ambientes urbanos. A produção cartográfica passa a ser administrada, principalmente, pelos exércitos nacionais (AGUILAR, 1967, p. 229-236). Criam-se, por exemplo, no Brasil, os chamados Gabinetes Topográficos, como no caso do paulista, em 1838, do qual o próprio marechal Daniel Pedro Müller foi o seu primeiro administrador.

## Antigos modelos cartográficos de descrição do território paulista: a construção de uma identificação cotidiana

A forma como o barão Homem de Mello organiza seus registros pode ter suas raízes em outro momento do processo de conhecimento do território paulista. Uma particularidade interessante dos modelos cartográficos desenvolvidos do território paulista, do final do século XVIII até cerca da metade do século XIX, é o uso de representações não padronizadas do espaço cotidiano. Vários esboços cartográficos (*croquis*) foram preservados até hoje, possivelmente por acompanharem outros documentos administrativos, ou seja, textos que precisavam de certa visualidade para serem totalmente compreendidos. Questiona-se, também, que o desconhecimento de muitos desses “cartógrafos” das leis administrativas em vigor pode ter contribuído para o desenvolvimento desses *croquis*, que passaram a funcionar como uma espécie de “cartografia explicativa”, fundamental para dar mais credibilidade ao documento produzido<sup>10</sup>.

As possíveis leituras desses modelos cartográficos não permitem o simples uso de regras e padrões das escolas cartográficas em vigor<sup>11</sup>. Eles são quase “puros”, não apresentam uma contaminação letrada, e absorvem tendências diretas de seus produtores. O cotidiano apresentado mostra-se bastante vivo e interage com as informações apresentadas pelos *croquis*. Não há, dessa forma, um simples apelo científico, mostrado, por exemplo, na constituição matemática elaborada pelo cartógrafo, mas também a criação de uma espécie de diálogo entre o espaço e seu observador.

O nascimento desses modelos de identificação do espaço pode ser observado, conforme já comentado, desde a época dos sertanistas. Vários modelos cartográficos propostos sobreviveram no imaginário constituído por grupos distantes dos centros urbanos de maior contato, como a própria capital paulista.

Um exemplo significativo é o esboço cartográfico de um mapa anônimo, pertencente ao arquivo Ultramarino de Lisboa (ARRUDA J., 2000, p. 38) (Figura 7). Em sua representação, percebe-se uma forma de expressão que remete ao conhecimento pessoal de seu produtor. Não há uma orientação dos pontos cardeais ou mesmo um padrão de distância, mas é perceptível a presença de várias cidades unidas, supostamente, pelas únicas estradas conhecidas e “mapeadas” na época pelo produtor da imagem. Nota-se que a representação dessa obra cartográfica é condicionada a um conhecimento específico do seu produtor, limitando a forma como o território deve ser visto, conhecido e dominado. Buscando sua própria lógica interna, o grupo produtor elabora sua representação do espaço e, assim, estabelece uma diretriz de controle de seu próprio espaço cotidiano de atuação.

Nos séculos iniciais da colonização, durante todo o século XVIII e nos primeiros anos do século XIX, a cartografia é vista como um objeto restrito à administração pública. Sua divulgação em larga escala comprometeria as

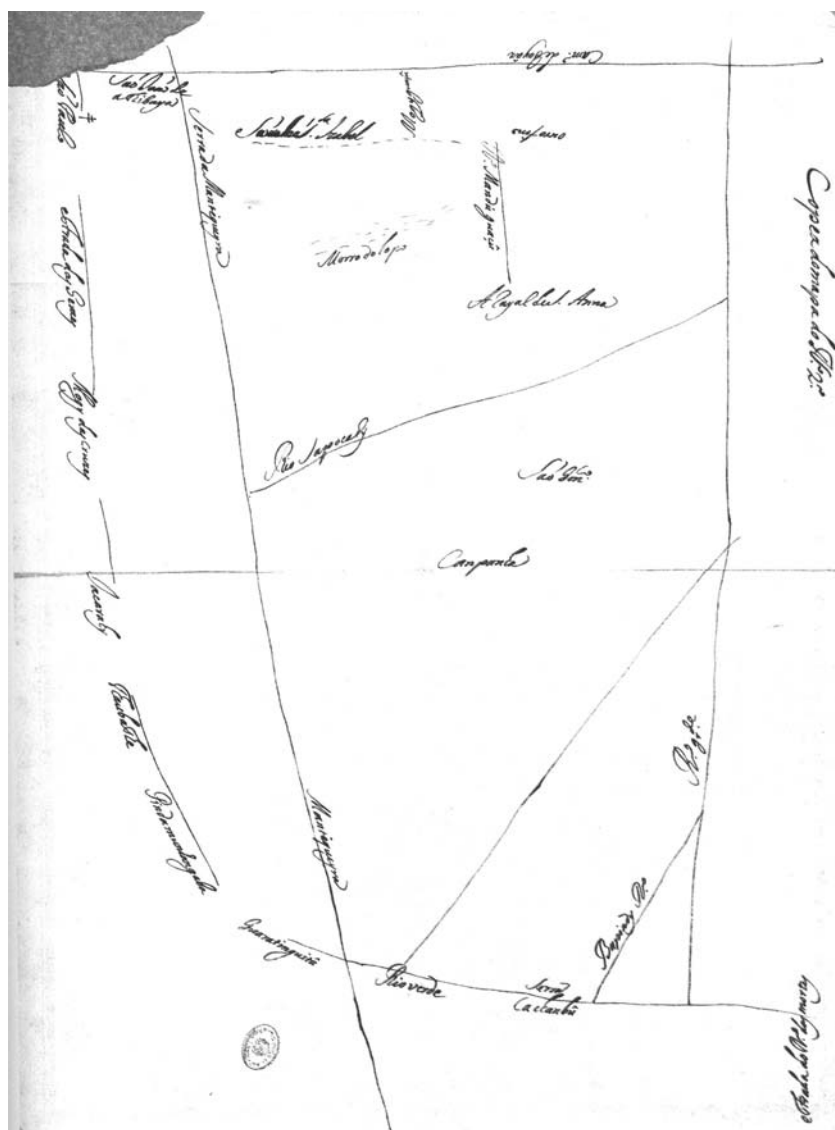


Figura 7 – Mapa manuscrito de São Paulo, séc. XVIII, anônimo, Arquivo Ultramarino, Lisboa. (ARRUDA, J., 2000, v. 1, p. 38).

articulações políticas, impedindo o avanço dos mandos de uma administração central. Michel Foucault relembra que, "Território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder" (2000, p. 17). Nessa perspectiva, o conhecimento do território encontrou problemas constantes, muitas vezes solucionados pela ação de personagens anônimos que se arriscaram sem a proteção do Estado, confeccionando, de acordo com as necessidades pessoais, suas próprias representações das demarcações territoriais.

Esse aspecto ajuda a explicar a produção cartográfica sem padrões, fruto de iniciativas individuais. O território é registrado conforme o olhar, a impressão pessoal e a carga cultural de cada produtor. Há um objetivo momentâneo, uma necessidade local, que não se prende exclusivamente às realidades administrativas mais formais. Dessa forma, a interpretação de alguns desses mapas vincula-se mais à herança cultural do produtor/observador; herança esta que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, até impedia qualquer tentativa de orientação: “Os toscos desenhos e os nomes estropiados desorientam, não raro, quem pretenda servir-se desses documentos para a elucidação de algum ponto obscuro de nossa geografia histórica” (HOLANDA, 1994, p. 19).

Outro exemplo desse processo de identificação encontra-se em um mapa produzido em 1825, pertencente ao acervo do Arquivo do Estado de São Paulo. A representação cartográfica mostra a região do rio Atibaia, “abrangendo Campinas, Jundiá, Bragança e Atibaia”. Nota-se que, mesmo no início do século XIX, ainda se tem uma parcela significativa da produção cartográfica desvinculada de qualquer padrão científico amparado em uma espécie de racionalidade técnica. A ação do produtor na confecção desse *croqui* também sugere que sua caracterização se vincula mais a uma experiência pessoal de seu autor (Figura 8).

Com exceção de algumas características, como o nome das localidades, as expressões “6 legoas” (registrando a distância entre Campinas e Jundiá), “3 e meia legoas” (entre Bragança e Atibaia), e da legenda “As estrelinhas são moradores [...] na intelligencia de que só um tinha direito de passagem”, nada mais é explicado ou demarcado detalhadamente nesse *croqui* cartográfico. Não há, nele, uma representação de direção, simbolizada pela presença de uma rosa-dos-ventos, característica que pode demonstrar desconhecimento dos padrões cartográficos por parte de seu autor.

De todos os dados apresentados, a legenda descritiva para o mapa é o seu fator mais significativo. Na região, cobrava-se uma espécie de pedágio – “direito de passagem” – e essa característica torna a sua produção vinculada diretamente à necessidade da representação de um poder, como nesse caso, que remete a certas lembranças das posturas administrativas aplicadas, notadamente, na época do feudalismo europeu.

Outro exemplo, mas de certa forma com representações artisticamente mais trabalhadas, encontra-se em relatos de viajantes estrangeiros que passaram pelo território paulista. Nessas imagens também é possível observar certa falta de um padrão técnico, ligado a alguma escola cartográfica, já no início do século XIX, como na prancha desenhada pelo francês Arnaud Julien Pallière, quando passou pelas cidades do Vale do Paraíba (Figura 9).

Segundo Nestor Goulart dos Reis, em muitos casos, Pallière construiu suas observações de forma apressada, nos próprios locais por onde passava (REIS, 2000, p. 375). É bastante perceptível essa idéia, pois seus registros estão presentes em um “caderno de campo” que absorve a expressão visual do momento vivenciado pelo seu autor. É necessário lembrar que Pallière possuía informações e conhecimentos científicos suficientes na expressão e construção do registro



Estes mapas, ou *croquis* cartográficos, aqui analisados, mostram uma outra característica de Pallière. Eles são compostos por elementos de identificação do autor com a paisagem. Ao registrar a *Villa de Pindamonhagaba*, lado esquerdo da imagem apresentada, Pallière procura objetos/edificações que sirvam de sustentáculo para as informações visuais colhidas. Apesar de fazer uma pequena referência ao Norte geográfico, único padrão de identificação com alguma escola cartográfica, o autor descreve a presença de um “muro de taipa”, além de indicar o “caminho que segue para o rio”. Todos os exemplos de localização são relativos, mostrando proximidade com o antigo modelo português de demarcação e descrição do espaço.

Nota-se que o autor do desenho, ao estabelecer essa relação de identificação com o objeto iconográfico produzido, procura sustentar suas idéias, prendendo-se aos elementos materiais conhecidos de um cotidiano local, vivenciados e absorvidos pelo produtor do objeto representado. Esses elementos materiais são estruturas frágeis e modificam-se muito facilmente segundo a ação do tempo e dos homens. Ao modificarem-se, “quebra-se” a identidade original estabelecida pelo produtor da iconografia e, assim, uma leitura atual do objeto pode trazer a lembrança da idéia “fantasiosa”, comentada por Taunay na análise da cartografia histórica paulista.

O pensamento de Taunay baseia-se nos aspectos contemporâneos da análise do documento cartográfico, elemento que impede a percepção do momento cotidiano do idealizador do objeto representado. Essa caracterização, ou falta de, tanto na visão de Taunay quanto na de Sérgio B. de Holanda, pelas informações históricas presentes nos “toscos desenhos”, teria condenado-os a somente servir de simples ilustrações para o texto, este sim considerado como o único documento válido para análise historiográfica.

Apesar desse dado, quando Pallière desenha o mapa da “Villa de Taubathe”, no lado superior direito da figura 9, indica que o espaço “é mais retangular”, buscando, talvez, padrões mais compreensíveis para o observador em potencial. Deve-se lembrar que suas anotações são realizadas em um caderno de campo e, portanto, não nasceram com o objetivo imediato de atingir um público maior. O pintor também possui uma bagagem cultural mais apurada que a maioria dos outros produtores de alguns dos *croquis* cartográficos apresentados, elemento que torna seu desenho mais próximo aos padrões técnicos em desenvolvimento no período.

Todo o material produzido é sustentado pelos aspectos mnemônicos (elementos imateriais) de seu produtor, que é membro atuante de um grupo social específico.



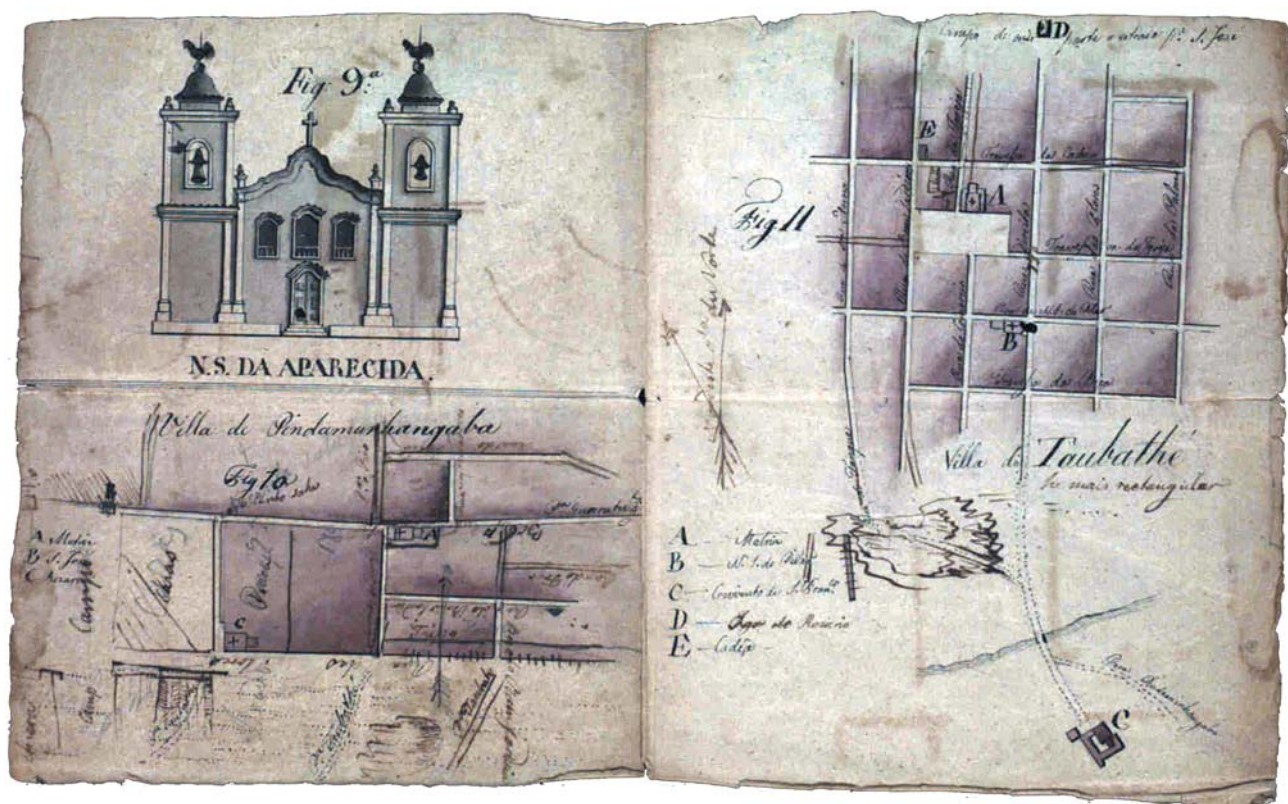


Figura 9 – Arnaud Julien Pallière, mapas manuscritos das vilas de Pindamonhangaba (abaixo à direita) e Taubaté (acima), 17cm x 11cm. (PALLIÈRE, 1821). Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, São Paulo.

A cidade vista pelas suas estruturas: um exemplo da herança cartográfica vivenciada pelos seus habitantes

Mapear o espaço cotidiano é estruturar apelos organizacionais condicionados a certos posicionamentos sociais, políticos e econômicos do autor e da sociedade da qual faz parte: esse dado serve de orientação para o processo de registro criado quando são elaborados muitos documentos cartográficos, já durante o século XIX. Apesar do apelo científico à racionalidade técnica (no final do século XVIII e em todo o século XIX), ao uso de padrões cartográficos – vale destacar a atuação do Real Corpo de Engenheiros presentes na Capitania de São Paulo e responsável por uma série de representações cartográficas da capital, em que se destacou o engenheiro José Custódio de Sá e Faria (TOLEDO, 1981; BUENO, 2004) –, cabe lembrar que esses elementos cartográficos não foram muito difundidos fora do circuito letrado, pois os mapas produzidos permaneceram isolados de contato com a maioria da população.

Estes mapas produzidos eram sempre associados à idéia de possuírem informações importantes para a estrutura administrativa vigente. Para o público

comum, o mapa mais inteligível era aquele que tivesse representações das atividades cotidianas, para as quais não importavam padrões de localização numéricos e, sim, aqueles associados às lembranças diárias do observador em relação ao seu espaço de atuação, seja como indivíduo ou mesmo como membro constitutivo de um grupo social específico.

Essa herança de comportamento pode ser percebida na sobrevivência de valores de orientação urbana – não vinculados aos padrões científicos vigentes –, como o desenho, ou *croqui*, realizado pelo marechal Daniel Pedro Müller, para indicar um novo caminho da cidade – centro de São Paulo – para a proximidade de sua propriedade, na região do rio Pinheiros (vide Figura 10). Não há, nesse *croqui* elaborado por Müller, qualquer padrão cartográfico técnico. Os únicos elementos de orientação são as estruturas urbanas (edificações) que moldam o formato dos caminhos descritos: a “Estrada nova”, projetada pelo marechal, e os outros caminhos que se baseavam na presença de várias edificações (casas) e na identificação de seus proprietários. O desenho do marechal Müller só orienta quem já conhece a região, pois apega-se ao fator da compreensão do cotidiano do grupo para ilustrar o caminho proposto.

A proposta do marechal Müller se mostra atrelada a uma realidade administrativa pensada para o período. As estruturas urbanas passam a servir de referência a todo um comportamento citadino, que proporcionaria uma nova leitura do espaço urbano para o cidadão comum, garantindo, assim, a sustentação das necessidades administrativas de um grupo social hegemônico.

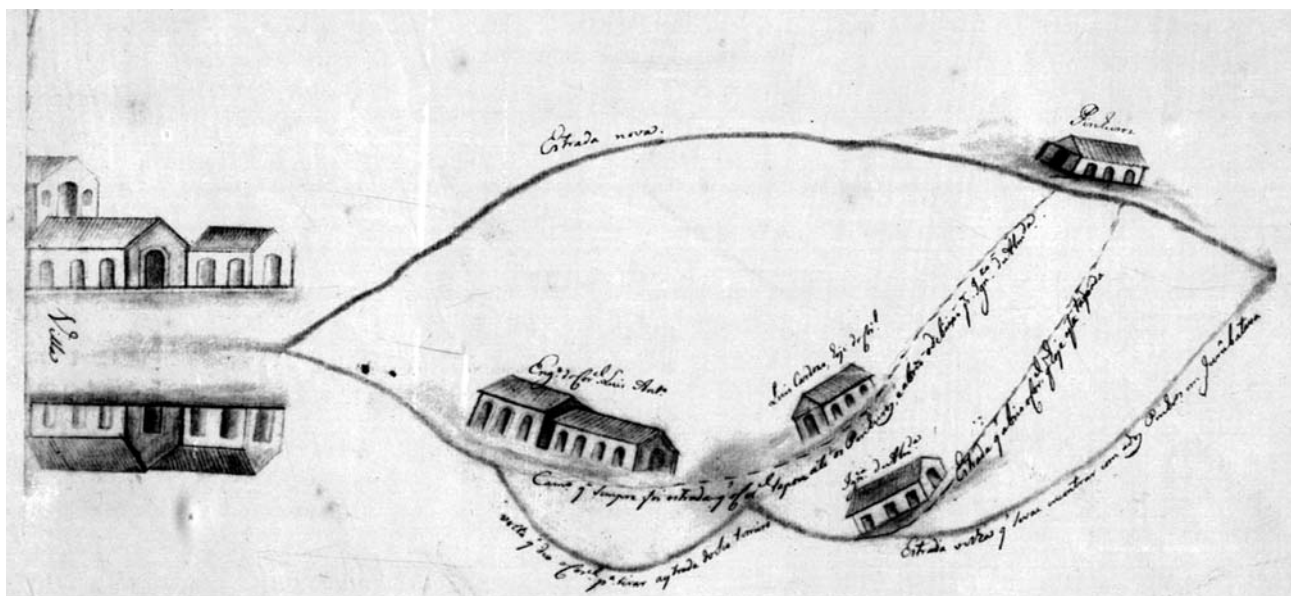


Figura 10 – Daniel Pedro Müller, *Mapa manuscrito do traçado da estrada nova que vai da vila de São Paulo a Pinheiros*, ca. 1835-1840. (SÃO PAULO, 1981 p. 52). Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo, São Paulo.



Para a cidade, representada pelos seus administradores, é necessário estabelecer os elementos aptos a se tornarem sustentáculo de uma simbologia administrativa (LIMA; CARVALHO, 1999)<sup>12</sup>. Na *Planta da cidade de S. Paulo*, de 1810, primeiro mapa conhecido da urbe e reproduzido em 1841 (Figura 11), esses elementos são as edificações urbanas que servem aos interesses da prática administrativa.

Tais edifícios são vistos como elementos da civilidade e da razão científica que os construiu. Tal razão técnico-científica está presente inclusive no discurso da Câmara Municipal, desde 1812, quando o próprio Daniel P. Müller é escolhido para realizar as obras do Pelourinho. Segundo Janice Theodoro, citando Lili Kawamura: "Sua autoridade técnica [do engenheiro] possibilitava-lhe o exercício de funções próprias do capitalista, numa área específica do processo de trabalho" (SILVA, 1984, p. 152).

12.A idéia proposta pelas pesquisadoras em relação a um uso selecionado das fotografias urbanas da cidade de São Paulo pode ser aplicada, por extensão teórica, à análise cartográfica, pois aqui também se fundamenta a idéia da representação iconográfica dos elementos cartográficos construídos.

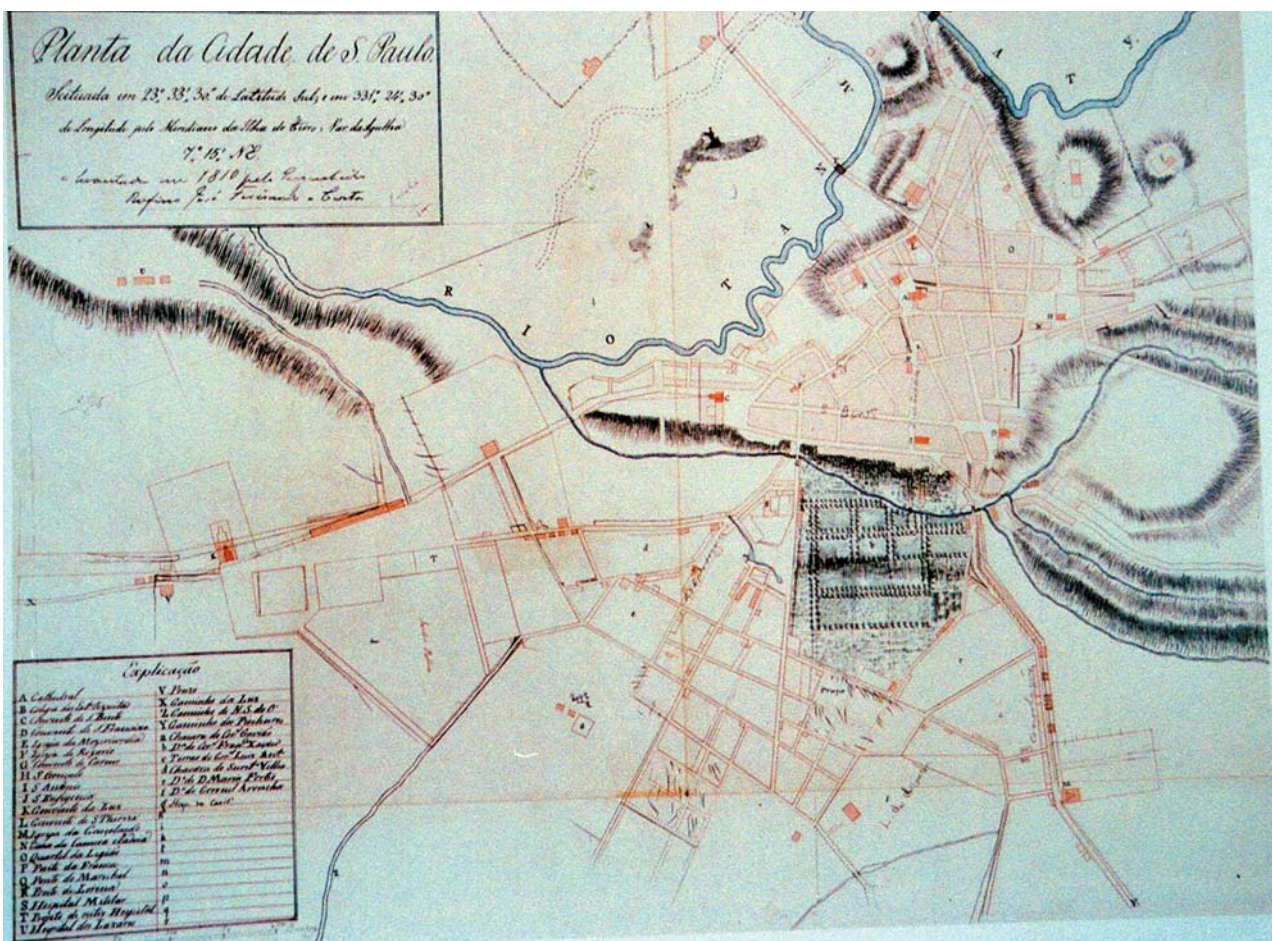


Figura 11 – *Planta da Imperial cidade de São Paulo*. Levantada em 1810 pelo Capitão Engenheiros Rufino José Felizardo e Costa e copiada em 1841 com todas as alterações. – Lat. Sul. 23°, 33', 30", Long. pelo Meridiano da Ilha do Ferro 331°, 24', 30" (MILLIET, 1954).

Françoise Choay, em seus trabalhos sobre a formação do Patrimônio Cultural na França entre os séculos XVIII e XIX, analisa as questões relativas à formação do Patrimônio Histórico das regiões urbanas e como ele passa a refletir a memória coletiva de um determinado grupo social. Para a autora, "Até o século XIX, inclusive, as monografias eruditas que descrevem as cidades só falam de seu espaço por intermédio dos monumentos, símbolos cuja importância varia segundo os autores e os séculos" (CHOAY, 2000, p. 178). A cidade é vista por seus monumentos e essa visão sintetiza valores que estão condicionados à forma como a sociedade se organiza.

No caso da Pirâmide do Piques, localizada no Largo da Memória, na área central da cidade, e inserida no contexto da *Planta* da cidade, de 1841, vê-se a forma como os valores comportamentais emergem da necessidade do homem urbano, como reflexo do poder gerenciador, de eleger locais aptos a servirem de marcos de uma memória coletiva, reproduzindo um pensar cotidiano, expresso nos locais de reunião e de convívio público. Coincidência ou não, o largo ficou conhecido como "da Memória", em lembrança ao triunvirato que governou a cidade no período de sua construção.

Essa obra de Müller, a Pirâmide do Piques, sintetiza dois elementos centrais para a cidade no período: é o marco de um importante caminho comercial para o interior da província, via Sorocaba, e serve de abastecimento de água potável em uma cidade carente do produto. Sua presença na *Planta* de 1841 mostra como a política pública se manifesta, criando constantemente elementos de referência material para necessidades nem sempre tangíveis. Ao todo, o mapa possui 11 locais/edificações. Além da Pirâmide do Piques, no alto, na extrema direita, são apresentados no sentido horário: Claustro do S. Francisco; C. da Luz; C. de S. Bento; C. e Ordem 3ª do Carmo; Academia no. C. do I. Fran. e Ordem 3ª; Cadeiá; Convento de S. Thereza; Q. Militar; Palacio do Governo e C. dos Jesuítas e a Vista da Sé e Igreja de S. Pedro.

A inserção da imagem de diversas edificações presentes na cidade garante a propagação das idéias administrativas, na medida em que concretiza a realidade cotidiana, fundindo-a na representação iconográfica. O mapa apresentado, de 1841, é uma cópia atualizada do de 1810; assim, o primeiro mapa da cidade, produzido em condições técnicas inacessíveis à compreensão do homem comum, é reutilizado, servindo a um outro propósito: reforçar sua própria delimitação espacial pelo uso concreto (visualidade) daquilo que é citado/ilustrado.

Esse foi o primeiro mapa de uma cidade paulista a ser visualizado fora dos arquivos administrativos, preparado, entre outros aspectos, para tal fim, como nos lembra Jorge P. Cintra: "Por suas características parece uma edição para o grande público, com certa tiragem, e não uma planta isolada para uso técnico" (IDOETA et al., 2004, p. 76).

A afirmação se associa, naquele momento de sua produção, ao movimento de resgate documental proposto pelo governo provincial quanto a conhecer, entre outros aspectos, os seus limites geográficos e suas bases estatísticas. Essa característica explica a produção do livro de Daniel Pedro

Müller, *Ensaio d'um quadro Estatístico da Província de São Paulo*, publicado originalmente em 1838 na Typographia de Costa Silveira, na capital, que se tornou uma obra de referência no que alude ao estudo do desenvolvimento econômico da Província de São Paulo no período<sup>13</sup>. Também em 1841, portanto no mesmo ano da suposta impressão do mapa analisado, a administração paulista, patrocinou a reprodução de outra documentação textual sobre a província e suas características culturais e físicas. Nesse ano, era produzido o famoso livro de Francisco José de Lacerda e Almeida, *Diário da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo nos anos de 1780 a 1790* (impresso por ordem da Assembléia Legislativa da Província de São Paulo. São Paulo: Typographia de Costa Silveira, Rua de S. Gonsalo n.14, 1841).

Apesar de todo o conhecimento científico divulgado – São Paulo possuía um Gabinete Topográfico administrado pelo próprio Müller, que, em 1843, após a sua morte, possuía 23 alunos –, o próprio marechal não se preocupa (conforme visto em mapa anterior) com padrões de engenharia cartográfica ao elaborar um *croqui* cartográfico mostrando a localização de sua propriedade. A herança portuguesa de localização pelo uso das particularidades apresentadas pela observação do espaço cotidiano ainda era bem viva. Ela atingia inclusive aqueles que eram responsáveis diretamente em administrar padrões normativos do ponto de vista científico: a razão técnica era sublimada pelo apelo da observação diária.

No registro dos caminhos citadinos, a primeira metade do século XIX mostra-se frutífera quanto a inserir o urbano como elemento identificador de um processo civilizatório.

Militão Augusto de Azevedo, fotógrafo carioca atuante na cidade durante o século XIX, segue sutilmente essa tendência, pois também registrou o Piques em pelo menos três fotografias, datadas entre 1860 e 1862. Em seu trabalho mais famoso, o *Álbum comparativo da cidade de São Paulo 1862-1887*, o fotógrafo insere duas imagens daquela região. A primeira, localizada na página 48 da obra, mostra o *Paredão do Piques*, incluindo a Pirâmide e o Chafariz da Memória.

A cidade, vista ao fundo, é o cenário que marca a inserção desse monumento no contexto de sua representação urbana: o marco da estrada, o ponto de início da jornada (Figura 12). O fotógrafo realiza a imagem aparentemente sem organizar a cena, pode-se perceber a presença de vários “fantasmas”, pessoas e animais em movimento, evidenciando que os transeuntes não posaram para a fotografia.

A escolha de Militão pelo registro do local vincula-se, aparentemente, à vontade de alguém que busca identificar-se com a cidade. O Piques é parte de um modelo organizacional necessário à urbe, pois demonstra a questão do entroncamento de caminhos, característica pela qual a cidade de São Paulo sempre foi conhecida.

Nesse momento da representação fotográfica do Piques, Militão, como fotógrafo/cidadão, identifica-se com o local (SONTAG, 1986, p. 14)<sup>14</sup>,

13. Deve ser lembrado que, em 1837, foi realizado, também por Müller, o primeiro mapa oficial da Província de São Paulo: *Mappa Corographico da Província de São Paulo*. O governo provincial patrocinou sua edição na França, além de distribuí-lo para várias partes da província. Era a primeira tentativa de exposição direta dos poderes administrativos do governo provincial aos habitantes do território e nota-se que foi uma exposição mais “visual” do que textual e normativa.

14. Essa identificação do fotógrafo com o local de seu registro pode ser encontrada na exposição das idéias da autora: “fotografar é apropriarmos da coisa fotografada”.





Figura 12 – Militão Augusto de Azevedo, *Paredão do Piques, Ladeiras da Consolação e da Rua da Palha* (hoje Rua 7 de Abril), 1862, fotografia albuminada (AZEVEDO, 1887, p. 48). Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo, São Paulo.

que, para a cidade, sintetiza o meio de comunicação entre a capital e o resto da província.

Na fase em que os tropeiros são elementos centrais do abastecimento citadino, a região é um marco representativo. Quando Militão constrói seu famoso trabalho, o *Álbum comparativo da cidade de São Paulo 1862-1887*, o Piques não reapareceu em fotografia de 1887 para ser comparado, pois já não fazia parte do cenário representativo necessário à cidade naquele momento, final do século XIX (CAVENAGHI, 2000).

Militão também registrou todos os outros edifícios presentes no mapa de 1841. Teriam as idéias propostas nesse mapa ajudado na formação de uma memória coletiva, que se propagou até o momento dos registros elaborados por Militão?

Para responder a esse questionamento, é necessário compreender como se constituiu a mentalidade iconográfica da *Planta* de 1841. A reprodução

dos monumentos citadinos – de forma a demonstrar quais as partes da cidade que estariam aptas a representar a sua estrutura urbana – apareceu no Brasil no início do século XIX. Em 1837, é elaborada, no Rio de Janeiro, a *Folhinha Nacional Brasileira*, por iniciativa do cônsul do Brasil no Reino da Prússia, João Diogo Stutz (Figura 13). Dedicada ao Comércio Brasileiro, a *Folhinha* é



Figura 13 – Frederico Guilherme Briggs (atribuição), *Folhinha Nacional Brasileira para o anno de 1837* (OLINTO, 1945). Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.



ornamentada com as estampas do Imperador menino, uma das raras imagens de Dom Pedro II nessa idade, com cerca de 11 anos, acompanhadas das estampas de suas irmãs, as Princesas Dona Januária e Dona Francisca.

A *Folhinha* é um verdadeiro guia da situação administrativa do reino naquele momento, mostrando a relação dos: Bispos do Império; Corpo Diplomático Estrangeiro; Dias de Grande Gala; Dias de Pequena Gala; Épocas do Brasil; e Ministros do Império. Ornamentando essas informações, há uma série de estampas, mostrando paisagens naturais do Rio de Janeiro, tais como: o Pão de Açúcar (*The Sugarloaf*); O Gigante adormecido ou deitado (*The sleeping giant or the lying giant*); O Corcovado (*The Hump-backed or the Hunchback*) etc.

Entre as edificações apresentadas, há o Chafariz do Campo da Honra; o Rio de Janeiro visto da Praia Grande; a Igreja da Candelária; o Aqueduto; o Convento de São Bento do lado do mar e do lado da cidade; o Largo do Paço etc. (OLINTO, 1945, p. 261-276).

Os desenhos (observados anteriormente, na figura 13) são atribuídos a Frederico Guilherme Briggs, que foi proprietário de uma empresa de litografia no Rio de Janeiro entre 1846 e 1849, mas as estampas presentes sugerem, segundo Lygia da Cunha, a autoria de Felix Émile Taunay, pois a *Folhinha* é "obra de artista habituado ao lápis litográfico [...] conhecem-se, de sua autoria, retratos de Pedro II criança, bem como os de suas irmãs, onde são marcantes a sua magistral arte de retratista, e, nos demais detalhes que emolduram a folhinha, imprime-se uma notável sensibilidade que aliada ao detalhado conhecimento dos monumentos e paisagens do Rio nos levam a essa atribuição" (CUNHA, [s.d.], p. 10).

A impressão da *Folhinha* ficou a cargo da firma inglesa Day and Hague e mostra que foi elaborada para atingir um grande número de leitores. Sua forma de confecção exemplifica como se manifestaram os mecanismos ideológicos. A característica utilitária da *Folhinha*, um calendário de uso diário, torna-a um excelente mecanismo de propagação da ideologia dominante, ratificada por seus monumentos edificados e pela paisagem que os emoldura: a Natureza e as realizações materiais do homem, sustentando as necessidades de reconhecimento do Império brasileiro, expressão do "poder Divino dos Reis" corroborado nas formas da Natureza e nas obras dos homens liderados por eles.

Essa maneira de ver a arquitetura e estabelecer relações entre o meio e as realizações humanas criava ligações poderosas entre os autores e suas obras. O elemento material edificado acabava por estabelecer uma memória coletiva que se baseava nas realidades vinculadas a um grupo social hegemônico, sobretudo pelo fato de a *Folhinha* apresentar diretamente o Imperador e sua família; e, indiretamente, os membros de seu corpo administrativo.

As representações organizacionais propostas pela elaboração de um mapa cartográfico encontram sustentação na proposta de resgate visual de um cotidiano urbano, além de inserir, de forma sutil, elementos iconográficos pertinentes às expressões de controle e organização dos grupos urbanos geridos por essa elite administrativa.

A cidade passa a se conhecer

Durante o século XIX, o espaço cotidiano da Província de São Paulo ainda é vinculado a certos comportamentos herdados da época colonial de ocupação do território. Sabe-se que a região viveu um isolamento quase completo, pela ausência de meios de comunicação com o litoral, principal entrada de novas idéias na região do planalto de Piratininga e, como consequência, para o interior. Foi no governo de Morgado de Mateus (1765-1775) que passou a existir uma maior perspectiva de contato entre os grupos. É notório o aparecimento de representações da cidade de São Paulo nesse período, referenciando a transformação do panorama que se apresentava (Figura 14).

Todo o século XIX mostra ser um período de recuperação, ou seja, tudo aquilo que não se tinha registrado passa a ser observado e, assim,

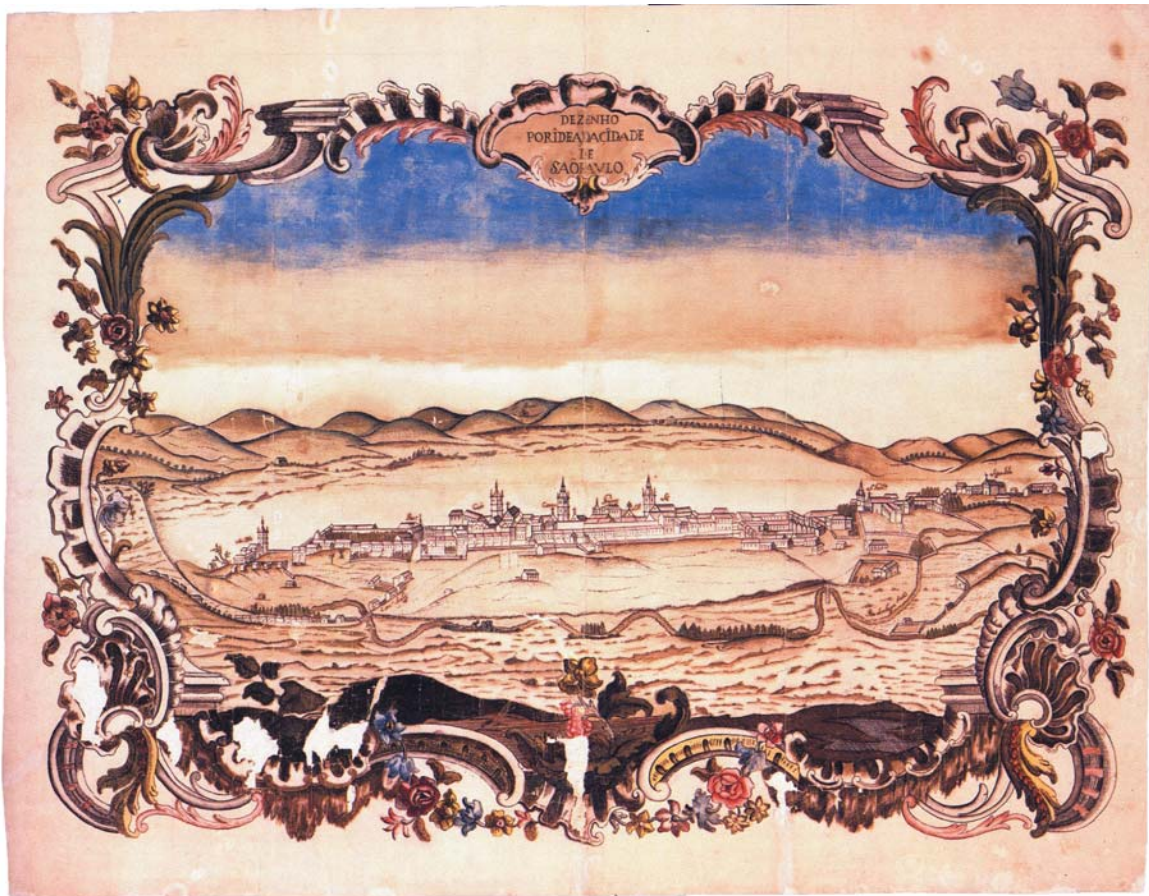


Figura 14 – Pela análise das características pictóricas da moldura do *Dezenho por idea da cidade de São Paulo*, Beatriz P. S. Bueno atribui a sua autoria a José Custódio de Sá e Faria ou Teotônio José Juzarte (BUENO, 2004, p. 223). *Dezenho por idea da cidade de São Paulo* [Anônimo], c. 1765-1775 (MASP, 2000, p. 117). Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.



considerado como elemento necessário a criação de todo um imaginário para o período. O território paulista passa a transmitir idéias de sua constituição cotidiana, influenciando, inclusive, o imaginário literário europeu no final do século XVIII. Esse fato pode ser notado no aparecimento de expressões literárias que buscam narrar o cotidiano da Capitania. Nenhum livro foi publicado em todo o território paulista antes do século XIX. Há, entretanto, uma obra que chama a atenção do bibliófilo Rubens Borba de Moraes, por apresentar uma referência à Província ainda no século XVIII: *Histoire de Nicolas I, roy du Paraguai et empereur des mamelus*. Esse livro foi editado, segundo sua capa, "A Saint Paul: 1756", não trazendo referências de autoria. Rubens Borba de Moraes acredita que seja "[...] uma fantasia do editor e uma alusão a S. Paulo de Piratininga, pátria dos bandeirantes, cujas façanhas eram conhecidas na Europa através das relações de viagens e das inúmeras publicações sobre as missões do Paraguai" (MEYER; MORAES, 1944, p. IX). Segundo ele, o livro, apesar de ter sido escrito em francês, teria sido editado na Holanda e faria parte de uma moda do século XVIII, para a qual eram escritos pequenos contos baseados em fatos verdadeiros, quase sempre anônimos, "[...] de cunho misterioso e clandestino [para] por meio desses estratégias facilitar suas vendas" (MEYER; MORAES, 1944, p.VII).

O livro narra os supostos acontecimentos da região das missões jesuíticas do Paraguai e a existência de fantásticos tesouros, pertencentes aos jesuítas e administrados por eles. O nome de Nicolas I remete à lembrança de Nicolau Neeguirú, um índio que ajudou os espanhóis nos primeiros conflitos contra os guaranis. Segundo o historiador Sérgio Conde de Albite Silva,

e a tal requinte de fantasia chegou essa lenda, que foi espalhado que estava sendo cunhada em ouro uma moeda com a efígie do Imperador Nicolau I. Com indignação, mas também com certo temor, a coroa espanhola procura verificar o fundamento da lenda e tentar recuperar os quintos devidos e até então sonegados pelos jesuítas (SILVA, 1994, p. 51-52).

Era praticamente impossível a edição dessa obra na Capitania, pois, além da proibição real, a pobreza e o panorama cultural reinante na região impediriam qualquer manifestação literária desse porte. Confirmando esse fato, em 1784, convém lembrar o trabalho de Frei Gaspar da Madre de Deus, que escreve suas *Memórias para a história da Capitania de São Vicente* e reclama das mentiras que eram editadas na França a respeito da Capitania de S. Paulo "[...] causa de tantos erros grosseiros que inundam a República das Letras" (MADRE DE DEUS, 1975, p. 136). Divulgavam-se, de uma maneira ou de outra, as idéias e pensamentos arquitetados na Capitania, o que, corroborando a afirmação anterior de Rubens Borba de Moraes, teria contribuído para a impressão da *Histoire de Nicolas I*.

Entre a abertura de um caminho mais seguro para o planalto, ainda no século XVIII, até a chegada dos trilhos da estrada de ferro, em 1867, ampliaram-se as possibilidades de trocas culturais significativas para a região, ajudando a criar todo um ritmo cotidiano para o território e para muitas de suas

idades. Na capital, esse modelo de auto-conhecimento atingiu seu ápice por volta de 1878, quando foram publicados, pela primeira vez simultaneamente, dois mapas: um representando a Província de São Paulo e outro a cidade de São Paulo.

Nesse ano, pensando a cidade e sua estrutura urbana como condutora das idéias de civilização, Abílio A. S. Marques organizou o *Indicador de São Paulo*, que se propunha a dar “varias informações relativas a toda a Província, bem como as auctoridades superiores do Estado [...]” (MARQUES, 1878, p. V). Essa obra, além de informar dados administrativos, comerciais etc., publicou a Carta das Estradas de Ferro da Província e um mapa da cidade de São Paulo. O mapa, encartado em uma obra de preço acessível, foi provavelmente o primeiro da cidade de São Paulo a circular de forma ampla. A população teve oportunidade de ver-se nos espaços representados e perceber que os administradores da cidade buscavam descaracterizar antigos e problemáticos espaços urbanos. Os novos bairros em forma de “tabuleiro de xadrez” sobressaíam-se em relação à presença das antigas partes coloniais ligadas à ocupação original, ainda restrita aos vales dos rios Tamanduateí e Anhangabaú.

O mapa, que foi impresso por Jules Martin, é extremamente pormenorizado, com indicações das principais ruas, travessas etc., além de ser orientado pelos pontos cardeais de forma padronizada: a cidade é apresentada na direção de Norte para Sul, e não em conseqüência das necessidades do produtor cartográfico, conforme os outros mapas da urbe conhecidos até então. Apresentaram-se, também de forma contígua, dois outros mapas. Um mostrando a divisão das Freguesias e Distritos da capital, incluindo-se as linhas de bondes, e o outro mostrando a *Carta da Comarca e Municipio de S. Paulo*, inserindo o núcleo central da urbe no contexto das povoações limítrofes, como Penha, Itapeperica, Juquery, Guarulhos, São Bernardo etc. (Figura 15).

Este detalhamento técnico e descritivo mostra-se atrelado às idéias em desenvolvimento no período: a produção cartográfica acompanha a crescente atividade mercantil que a cidade passa a representar. O fluxo de capitais, condicionado ao ensejo de uma elite governante, procura elementos materiais que autenticassem e dessem sustentação ao processo econômico em curso. A presença de relógios nas torres das igrejas e em muitos outros espaços públicos, como a estação ferroviária, a organização de caminhos, as linhas de bondes, os limites intermunicipais, entre outros, além do detalhamento cartográfico, serviam de resposta direta às propostas administrativas em curso, que condicionavam diretamente o processo sociocultural do período.

No *Indicador de São Paulo* também se encontra um anúncio divulgando a venda do *Mappa da Província*, de C. D. Rath: “É um trabalho perfeito que debaixo de todos os pontos de vista mereceu os maiores elogios, Vende-se; em folha 5\$000; dobrado em fôrma de carteira 6\$000; sobre panno, para parede, 10\$000” (MARQUES, 1878, p. 242). O mapa foi publicado pela Livraria, Papelaria e Typographia A. L. Garraux, de São Paulo.



Figura 15 – Jules Martin, São Paulo, litografia, 22,5cm X 31,5cm (MARQUES, 1978, p. 256).

15. O trabalho da Prof.<sup>a</sup> Sônia Bastos é bastante oportuno, por analisar Rath e sua atuação como cidadão comum na política administrativa no período.

Segundo Antonio Barreto do Amaral, Carlos Daniel Rath exerceu o cargo de desenhista da Repartição de Obras Públicas, publicando seu mapa da Província, pela primeira vez, em 1877, “trabalho que, na época, foi o melhor mapa do território paulista feito até então” (AMARAL, 1980, p. 379). Observa-se, nesse momento, a ampla divulgação do trabalho de Rath e do conhecimento da Província e seus limites, diferente da época do mapa de Müller, confeccionado e distribuído de forma restrita. (BASTOS, 2001; CAVENAGHI, 2003)<sup>15</sup>.

Também em 1878, a cartografia paulista passa a atrair a atenção de um número maior de intelectuais, e é sintomático que José Maria Lisboa tenha publicado, como anexo de seu *Almanach Litterario*, um mapa da província (Figura 16).

O mapa de J. M. Lisboa, em plena época da busca do detalhamento técnico, apresentava falhas históricas, ao não apresentar uma solução pertinente de registro para grande parte do interior da província. A área noroeste do território ainda é representada pela expressão *Terreno Desconhecido*, demonstrando a falta de dados administrativos, por parte do poder gestor, além de corroborar a ideia do isolamento cultural e material sofrido por muitas localidades na região. Foi o próprio marechal Müller, em 1837, na confecção





Figura 16 – Jules Martin, *Carta da Provincia de S. Paulo*, litografia, 32cm X 21cm (USBOA, 1983, p. 208).

de seu famoso *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, que cunhou a expressão “Sertão Desconhecido” para registrar o espaço interior do território ainda não totalmente mapeado (Figura 17).

Confeccionada, também, pelo litógrafo Jules Martin, a *Carta* existente no *Almanach* de 1878, apresentada anteriormente na figura 16, é importante do ponto de vista ideológico, pois, ao ser encartada em uma obra com aquelas características, propõe-se a atingir um grande público, tal qual o mapa da cidade de São Paulo, circulado na publicação de Abílio Marques e anteriormente comentado. O *Almanach*, além de ser uma obra de consulta constante, uma vez que trazia diversas informações pertinentes ao calendário religioso, aos horários de trens, entre outros, possuía um preço acessível a grande parte da população. Custava 2\$000 réis, menos que uma passagem de trem de segunda classe de São Paulo até o Alto da Serra (2\$200 réis) e apenas o dobro do preço de uma “caixeta de doces jacobina”, que era anunciada no *Correio Paulistano*, em 16 de fevereiro de 1879, a 1\$000 cada uma (GUEDES; BERLINCK, 2000, p. 415).

O mapa encartado no *Almanach* serve para divulgar a representação da província conhecida até aquele momento. Os *Terrenos Desconhecidos*



Figura 17 – Daniel Pedro Müller, *Mappa Corographico da Provincia de São Paulo* (1837) (TAUNAY, 1922). Acervo da Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

16. Segundo Céurio de Oliveira, “no Brasil o termo carta é empregado também como sinônimo de mapa em muitos casos” (OLIVEIRA, 1980, p. 57).

continuavam a preencher grande parte do território, mas novas cidades apareciam conforme se ampliava a divulgação de *cartas geográficas*<sup>16</sup>. Nesse aspecto, têm-se as cidades de Araraquara, Jaboticabal e Barretos, que representavam uma das últimas fronteiras da “marcha civilizatória” para a região Noroeste da província.

A representação do rio Grande, divisa entre São Paulo e Minas Gerais, encontrava-se distante de uma realidade cartográfica mais apurada, mas refletia uma necessidade vinculada à busca do território em sua real extensão.

A importância do mapa encartado no *Almanach Litterario*, de José Maria Lisboa, de 1878, encontra-se mais na divulgação da ideologia cartográfica presente na configuração do território do que na “veracidade” das informações veiculadas. Apesar dessa característica, Lisboa sempre argumentou que muito do material publicado no corpo de seus almanaques era fruto da colaboração de seus leitores, com os quais mantinha contato por correspondência. Alguns deles, como o próprio Homem de Mello, figuravam com vários artigos – que eram dignos de confiança científica – em almanaques de anos diferenciados. Mesmo assim, as “amenidades literárias” orientavam o formato editorial dos almanaques.

Antonio Celso Ferreira, ao comentar a obra de Lisboa, descreve de forma interessante os aspectos formadores de sua mentalidade editorial: “Os leitores que tinha em mira eram nem tanto os homens ilustrados, eruditos e de gabinete, mas, preferencialmente, aquelas figuras empreendedoras e apressadas da capital e da hinterlândia, de poucas raízes, quem sabe novatas na terra e mal saídas das primeiras letras – diga-se de passagem, o homem típico da ‘conquista do oeste’ –, para as quais a obtenção do conhecimento dava-se pela leitura rápida e, sobretudo, agradável” (FERREIRA, 2002, p. 37). Justificava-se, dessa forma, o formato do almanaque e as funções pertinentes ao mesmo.

Quanto à imprecisão das informações cartográficas, podem ser percebidas também em outros mapas do período. Em 1882, Firmo de Albuquerque Diniz (Junius), comentando os mapas criados pelas companhias ferroviárias *São Paulo e Rio de Janeiro* e *Paulista*, afirma que os mesmos

inverteram os pontos cardeais, dando as denominações de Norte ao que não é Norte, e de Oeste ao que nunca foi nem será Oeste: ainda bem que as cartas geográficas da Província, que mais ou menos são reproduções ou cópias da velha carta levantada pelo Brigadeiro Müller, não admitiram essas correções das companhias, que no caso exposto nada mais fizeram do que subordinar-se à linguagem do povo; e quem quiser, a este respeito, se fazer entender deve deixar de lado as indicações geográficas, e falar como está estabelecido: eis um dos exemplos em que a soberania popular impera contra as afirmativas da ciência (DINIZ, 1978, p. 37-38).

Tornava-se necessário ampliar o conhecimento da região em razão do próprio crescimento econômico da capital, em conjunto com as novas localidades surgidas nesse processo de expansão territorial. O relato de Junius é bastante oportuno e mostra como havia uma propagação das obras cartográficas produzidas, elemento que se ligava diretamente ao anúncio de venda do *Mappa da Província*, de C. D. Rath, e ajuda a perceber a recepção que esse tipo de publicação possuía em meio a um determinado público consumidor.

As imprecisões, presentes em certos mapas divulgados ao grande público, ajudam a demonstrar a permanência dos antigos valores “bandeirantes” e mostram o quanto ainda era limitada a divulgação de novos conhecimentos técnicos e administrativos em desenvolvimento no período.

○ processo de mudança: uma nova representação cartográfica para o território paulista

A percepção da totalidade do território paulista só atinge sua maturidade já na década final do século XIX. Em 1882, foi elaborado um dos trabalhos mais significativos para a compreensão do território brasileiro em sua plenitude, mediante os dados geográficos conhecidos, acrescidos de outros trabalhos anteriormente restritos aos arquivos provinciais.



Aperfeiçoando o trabalho de Cândido Mendes, que em 1868 havia lançado o primeiro atlas geográfico do Império brasileiro, Cláudio Lomellino de Carvalho, “segundo dados oficiais existentes e outros documentos fornecidos pelo Ex. Conselheiro barão Homem de Mello”, organizou e gravou o seu *Atlas do Império do Brazil*, propondo uma leitura mais atualizada para as Províncias do Império (CARVALHO, 1882).

A importância do trabalho de Carvalho resulta da concentração do esforço sistemático de Homem de Mello em recolher diversos documentos, em especial os cartográficos, das diversas Províncias das quais foi presidente e, assim, expor, pela primeira vez, o cruzamento de informações anteriormente consideradas quase que inéditas – por estarem guardadas nos respectivos arquivos provinciais –, tecendo novas considerações sobre a constituição do território brasileiro. Nota-se, nesse momento, o aproveitamento das coletas documentais *in loco* desenvolvidas por Homem de Mello em suas viagens, sobretudo pela Província de São Paulo.

Na elaboração do *Atlas* de Carvalho trabalharam juntos: Homem de Mello, o tenente coronel e engenheiro Francisco Antonio Pimenta, e o próprio Claudio Lomellino de Carvalho. Os dois primeiros foram os responsáveis pelo fornecimento de documentos originais e pela revisão final da obra. Claudio L. de Carvalho foi o organizador e gravador das pranchas cartográficas, além de ser considerado, pelos editores, como o principal autor do Atlas. Apesar desse fato, em função da fama, já bastante difundida, sobre os seus conhecimentos cartográficos e históricos, a obra é erroneamente atribuída à autoria exclusiva de Homem de Mello.

Apreciadas no contexto de sua produção iconográfica, o *Atlas* possui algumas características importantes. A primeira diz respeito à sua edição, realizada pelo caricaturista Angelo Agostini (responsável pela confecção dos antigos periódicos ilustrados e humorísticos *Diabo Coxo* e *Cabrião*, ambos publicados na cidade de São Paulo entre 1864 e 1867) e por Paulo Robin, que posteriormente atuaria na confecção de outros mapas. Paulo Robin seria o nome aporuguesado do francês Paul Théodore Robin, fotógrafo atuante no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Segundo Boris Kossoy, “apesar de suas tentativas fotográficas, foi nas artes gráficas que Robin, de fato, se destacou” (KOSSOY, 2002, p. 277).

Outra característica significativa diz respeito à suposta propagação da obra para o público consumidor. Carvalho argumenta, no prefácio “Ao Público”:

Puzemos igualmente todo o cuidado em adaptar o Atlas às exigências do ensino elementar, nosso principal intuito. Para esse fim expurgamo-lo de pormenores inúteis, fazendo sobresahir a clareza e nitidez que devem ser a feição característica de trabalhos d’este genero, em vez d’esses labyrinthos como são ordinariamente os nossos mappas geographicos (CARVALHO, 1882, s.n.p.).



O trabalho final mostra uma nova leitura do território brasileiro, com a aplicação de definições geográficas, das províncias, mais próximas do quadro cartográfico atual, além de atualizar as apresentadas por Cândido Mendes em sua obra de 1868. Apesar dessa característica, o *Atlas* de Cândido Mendes é referenciado por Carvalho como o primeiro ensaio desse tipo de projeto editorial no Brasil e, assim, torna-se sintomático que suas idéias sejam reproduzidas quando, por exemplo, é confeccionada a representação cartográfica da Província de São Paulo (CARVALHO, 1882, p. XVII).

O mapa da Província de São Paulo de 1882 apresenta uma característica diferenciada das de seus antecessores, desde Müller, pois contém, de forma reduzida, o espaço territorial da Província classificado como “desconhecido” (Figura 18). A idéia de “sertão” não é propagada; ao contrário, trabalha-se com um elemento etimológico que tenta aproximar a região e adaptá-la às necessidades em vigor. Os locais desconhecidos são classificados como “terrenos”, indicando uma possibilidade de posse e colonização. Outro dado diz respeito à questão relacionada à luta com os “inimigos internos” da unificação do território, no caso, os indígenas. A referência a eles permanece presente,



Figura 18 – *Província de S. Paulo* (CARVALHO, 1882, p. XVII). Acervo da Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

17. Sobre os conflitos com os indígenas na região, ver: OLIVEIRA, 1937, p. 65; LIMA, 1978; ARRUDA, G., 2000.

mas com uma classificação mais amena do que a que fora criada por Cândido Mendes em 1868: *Terrenos ocupados pelos indígenas ferozes* (Figura 19).

No mapa apresentado no *Atlas de 1909*, a etimologia transmuta-se para *Terrenos Desconhecidos e habitados pelos Indígenas*, permanecendo como uma marca referencial da região até à primeira década do século XX<sup>17</sup>.

A delimitação espacial passa a abranger a região do Vale do Paranapanema, mais a sudoeste, aproximando-se do formato do território paulista como é representado na atualidade. Assim, os elementos documentais analisados e propagados, em especial pelo barão, ampliam cada vez mais o conhecimento relacionado ao espaço do território.

Um exemplo dessa ampliação diz respeito à região mais a Noroeste, inserida, anteriormente, no contexto da expressão “Sertão Desconhecido” – cunhada por Müller em seu mapa de 1837 –, como, por exemplo, o registro da cidade de São José do Rio Preto, fundada em 1852, às margens do rio homônimo. Apesar de a localidade ser conhecida oficialmente, desde pelo menos 1858,



Figura 19 – Cândido Mendes de Almeida, *Província de S. Paulo* (ALMEIDA, 1868, p. XVII). Acervo da Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.



como um Curato de Jaboticabal, não era registrada em nenhum mapa confeccionado, mostrando que, na iconografia cartográfica de 1882, há visivelmente uma evolução na coleta e organização das informações cartográficas.

Há, por parte de Homem de Mello – não só no caso do mapa de 1882 como também em outras situações –, uma preocupação visível quanto à demarcação dos territórios das Províncias. Em 1880, quando era Ministro e Secretário do Estado de Negócios do Império, em seu *Relatório* apresentado à Assembléia Legislativa, observa-se essa preocupação, quando ele afirma que “No intuito de promover a remoção dos males resultantes da actual divisão de nossas provincias, ordenei que se collijam os documentos e memorias concernentes a esse importante assumpto, que se recommenda á vossa esclarecida solitudine” (MELLO, 1880, p. 7).

A geografia do território e seu conhecimento passam a ser sustentáculos da política administrativa do Império. Essa hipótese pode ser corroborada pela documentação daquele período, organizada por Rodolpho Garcia, que, em 1919, publicou uma bibliografia relacionando as obras sobre geografia depositadas na Biblioteca Nacional no decênio de 1870. Nessa bibliografia, tem-se uma relação considerável sobre o assunto: em 1870, três obras; 1871, uma obra; 1872, três; idem para 1873; 1874, quatro; 1875, sete obras; 1876, duas; 1877 cinco; 1878, seis; 1879, uma; e 1880, novamente três obras. (RIHGB, 1921, p. 5-105). Os dados oferecidos mostram que o período entre 1870 e 1880 foi bastante frutífero quanto à produção documental relacionada à compreensão do espaço territorial brasileiro.

Dessa maneira, a fala de Homem de Mello é quase uma conseqüência da situação em vigor; e a produção do *Atlas* de 1882 é uma resposta direta ao processo cultural em desenvolvimento.

O *Atlas* de Carvalho pode ser considerado um elemento documental que demonstra, em sua composição pictográfica, as dificuldades do regime político em vigor. Ele documenta, a todo custo – mesmo que para isso seja necessário, pela sua caracterização ideológica, expressar o espaço “desconhecido” –, as áreas territoriais necessárias à sustentação do regime. Numa época em que a presença da ferrovia aproximava as localidades e o cunho positivista das ciências dava o tom necessário ao conhecimento, era inconcebível que a única província a não ser mapeada por inteira fosse a que mais sofria modificações materiais, em virtude do fluxo econômico do café.

Haveria uma omissão proposital de dados pertencentes à administração imperial, de forma a impedir a propagação dos ideais republicanos? Afinal, a própria noção do território brasileiro e de sua função política pode ser sentida no *Manifesto Republicano* de 1870, quando o princípio de Federação foi diretamente associado aos princípios de uma geografia constitutiva da idéia de Nação:

No Brasil, antes ainda da idéia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A topografia do nosso território, as zonas diversas em que ele se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras e as águas estavam indicando a

18. Para uma ampla visão da expansão cafeeira no território paulista, observar, em especial, mapa p. 23.

19. A Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo foi criada pela Lei nº 9, de 27 de março de 1886, pelo então presidente da Província de São Paulo, conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira.

20. Em 1908, o Governo Republicano publica um mapa feito por ocasião da Exposição Nacional de 1908, por ordem do então Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, o Dr. Miguel Calmon Du Pin e Almeida: *Mappa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil*, confeccionado pela Companhia Litographica Hartmann-Reichenbach, localizada na cidade de São Paulo.

necessidade de modelar a administração e o governo local acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostas pela imensa superfície do nosso território (BONAVIDES; VIEIRA, [1973], p. 546).

No território paulista, em sua parte classificada como “desconhecida”, muitas cidades reportavam-se à administração imperial, fato que pode indicar haver, no período, uma falta de interesse do governo em organizar os dados estatísticos existentes.

Em 1889, quando foi instituído o governo republicano, após o acerto institucional do Estado, uma série de veículos de propaganda foi usada para divulgar o espaço de atuação desta “nova” elite administrativa. A educação passa a incorporar a faceta positivista do movimento no seu início, ou seja, uma democracia participativa dos “homens cultos”, na visão de Paulo Sérgio Pinheiro (1990, p. 33). Havia uma política de culto aos letrados e “doutores”, que, vindos da região considerada o berço do republicanismo, não poderiam, em hipótese, expor-se ao ridículo do não conhecimento de suas bases eleitorais regionais.

A produção cafeeira já ocupava uma longa faixa limítrofe entre a área do território oficialmente conhecido e aquele não mapeado (MILLET, 1982<sup>18</sup>; FRANÇA, 1960). Com a valorização artificial do café, adotada em 1906, no conhecido Convênio de Taubaté, fazia-se necessário visualizar as terras onde os produtos eram cultivados: não havia mais espaço para uma não-representação cartográfica da região.

Aliado a esse motivo socioeconômico, também se encontra a tendência de conhecimento científico do território, associada ao mapeamento de suas riquezas minerais, acontecimento em que a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo foi a principal protagonista e o então sertão do Paranapanema, no extremo sudoeste do território, seu último e derradeiro espaço de atuação: “Fazia-se, no entanto, necessário reconhecer-se definitivamente o *Sertão do Paranapanema* por questões estratégicas, econômicas e jurídicas” (Leite, 1998, p. 34)<sup>19</sup>.

Nessas análises, é possível perceber algumas facetas para a situação de ocupação do interior do país e, por extensão, do estado de São Paulo. Para o sertão, era necessário dominar e organizar; e, para efetivar essa organização, praticava-se a racionalidade científica, da qual a urbanização era a mola central do processo.

Desde 1908<sup>20</sup>, a área estabelecida historicamente no território paulista como “desconhecida” perde definitivamente essa classificação, mas é especificamente em 1909 – quando o barão Homem de Mello publica seu *Atlas do Brazil* – que se pode vislumbrar, aí, uma ruptura entre a idéia do espaço “desconhecido” do território e as áreas de atuação necessárias para o grupo social dirigente (Figura 20).

Para a representação do estado de São Paulo, os limites territoriais assumem a classificação definitiva, embora ainda estivessem ocorrendo



Figura 20 – Francisco Ignacio Homem de Mello, *Estado de São Paulo*, 1909; Gravé por A. Simon – Paris. Impressão litográfica, 32cm x 50cm (MELLO, 1909).

contestações de fronteiras, em especial com o estado de Minas Gerais. A área anteriormente classificada como “desconhecida” passou a apresentar os nomes das cidades existentes na região, além de sua caracterização topográfica, onde os rios Grande, Paraná e Paranapanema moldavam o cenário da representação cartográfica apresentada. O elemento cartográfico já não possuía características ideológicas tão explícitas, tal qual os mapas até o oitocentos. A idéia de “Terrenos Desconhecidos” é definitivamente abandonada, e a representação do espaço é preenchida com as informações mais recentes, relacionadas, entre outras, aos conhecimentos de Homem de Mello sobre o território.

No mapa, foram identificadas as rotas marítimas de ligação entre o porto de Santos e as principais cidades do país e do mundo; as estradas de ferro em execução e em estudo; as principais colônias agrícolas; e, entre outros dados, estatísticas econômicas.

Rapidamente o trabalho de Homem de Mello torna-se o principal modelo em uso no país, por sua atualização e pela base documental empregada, característica que motivaria uma excelente crítica de Euclides da Cunha, publicada no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em agosto de 1909, de forma

incompleta. Assim publicada por se tratar de seu último trabalho, encontrado pela família logo após sua repentina morte. Nele, Euclides comenta:

Mas para isto compreendem-se os atributos raros de paciência, de lucidez, de claro discernimento na análise dos documentos e de lance indutivo do remate sintético dos estudos, que lhes requerem. é o que nos revela – folgamos em registrá-lo – o Atlas do Brasil recém-elaborado pelos Srs. Barão Homem de Melo e Dr. Francisco Homem de Melo. Não relutamos em incluí-lo entre os raros modelos que possuímos de uma cartografia racional e lúcida (CUNHA, 1995, p. 562).

No comentário de Euclides da Cunha, é encontrado o aspecto central das produções culturais do período, a racionalidade e a lucidez, elementos típicos do pensamento de um grupo social, político e econômico hegemônico, que modelava o formato de representação documental necessário à administração do território brasileiro e, nesse caso específico, o paulista.

## Conclusões

No contexto da produção cartográfica do país, o espaço territorial paulista assumiu uma forma diferenciada de mapeamento. Passou por todas as fases distintas da chamada “cartografia histórica brasileira”, mas também absorveu uma tendência representativa movida por particularidades culturais locais, nem sempre de caráter científico ou vinculado a alguma escola cartográfica específica. De outras regiões do país – por exemplo, do que atualmente é o Rio Grande do Norte –, até o momento não foram encontradas representações cartográficas locais abrangendo a época da expulsão dos holandeses, século XVII e início do século XIX. Para a região, durante todo o século XVIII, adotaram-se os modelos cartográficos produzidos ao final do século XVII (para mais detalhes, ver BRANCO, 1952). Observa-se, também, que outros modelos de representação cartográfica de algumas regiões brasileiras atendem à sustentação de políticas administrativas e econômicas em desenvolvimento no período. Este é o caso do território do atual estado de Minas Gerais, intensamente mapeado, por exemplo, durante o ciclo econômico do ouro na região (ver COSTA, 2004).

Os modelos culturais que ampararam a produção das representações cartográficas analisadas foram partes de um longo processo de compreensão do espaço cultural formativo dos grupos sociais envolvidos em sua criação. O mapa cartográfico não é exclusivamente um elemento científico padrão; pelo contrário, compõe-se de uma imensa rede de significações, que extrapolam a bidimensionalidade de seu suporte representativo. Essa rede obedece a uma lógica simbólica, na qual os símbolos não são somente elementos pictóricos, mas também parte da sua construção material. A história formativa do território paulista, em especial durante o século XIX, ofereceu uma série de subsídios para a interpretação desse documental produzido, que não deve ser observado de



forma isolada de seu contexto histórico formativo. Não tendo sido trazida pronta e científica para o território da então Capitania de São Paulo, a linguagem cartográfica também se adaptou e absorveu as razões culturais locais.

## REFERÊNCIAS

AGUILAR, J. *História da cartografia*. Rio de Janeiro: Codex, 1967.

ALMEIDA, C. M. *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868 (acervo de obras raras da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas-USP).

AMARAL, A. B. *Dicionário de história de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1980.

ARCHELA, R. S. *Análise da cartografia brasileira: bibliografia da cartografia na geografia no período de 1935-1997*. 2000. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ARRUDA, G. *Cidades e Sertões: entre história e memória*. Bauru, SP: Edusc, 2000.

ARRUDA, J. J. (Coord.). *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830): catálogo 1*. Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: Fapesp; Imesp, 2000.

AZEVEDO, M. A. *Álbum comparativo da cidade de São Paulo (1862-1887)*, São Paulo: edição do autor, 1887.

BASTOS, S. *A cidade por seus moradores: a ação e participação dos moradores na administração da cidade de São Paulo, na segunda metade do século XIX*. 2001. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BLACK, J. *Mapas e história: construindo imagens do passado*. Tradução Cleide Rapucci. Bauru-SP, Edusc: 2005.

BONAVIDES, P.; VIEIRA, R. A. A. *Textos políticos da história do Brasil*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, [1973].

BRANCO, J. M. B. C. O Rio Grande do Norte na cartografia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 214, n. 1, jan.-mar. 1952, p. 3-56.

BUENO, B. P. S. *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. A produção de um território chamado Brasil. In: ANTUNES, Ermelinda Ramos (Org.). *Laboratório do mundo: idéias e saberes do século XVIII*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004a, p. 229-243.

\_\_\_\_\_. Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.12, n. 1, jan.-dez. 2004b.

CARVALHO, C. L. *Atlas do Império do Brasil*. Col. e Rev. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello. Rio de Janeiro: Lithographia Paulo Robin & Cia., 1882 (Acervo P Bourroul, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo).

CASCUDO, L. C. *Geografia do Brasil Holandês*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

CAVENAGHI, A. J. *Imagens que falam: olhares fotográficos sobre São Paulo* [Miltão Augusto de Azevedo e “São Paulo Light and Power Co.”, fins do século XIX e início do século XX]. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. Uma leitura cartográfica da história: a formação territorial da Província de São Paulo durante o século XIX. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC, São Paulo*, n. 26, p. 285-303, jan.-jun., 2003, (Interpretando práticas de leituras).

\_\_\_\_\_. *Olhos do barão, boca do sertão: uma pequena história da fotografia e da cartografia no noroeste do território paulista (da segunda metade do século XIX ao início do século XX)*. 2004. 313 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano V. Machado. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2000.

CORTESÃO, A. *A cartografia portuguesa antiga*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

COSTA, A. G. (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Kappa, 2004.

CUNHA, E. Um Atlas do Brasil. In: *Euclides da Cunha: Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, v.1.

CUNHA, L. F. F. Introdução. In: LUDWIG, P.; BRIGGS, F. G. *Lembranças do Brasil*. Rio de Janeiro: Sedrega, [s.d.].

DINIZ, F. A. *Notas de viagem*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

FIGUEIRÔA, S. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FERREIRA, A. C. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

FRANÇA, A. *A marcha do café e as frentes pioneiras*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.

- FRANCISCO, M. *Contribuindo*. São Paulo: Monteiro Lobato & C., 1921.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- GALVÃO, R. (Org.). *Exposição de História do Brasil*: catálogo. Tomo II. Brasília: Senado Federal, 1998 (edição fac-similar).
- GUEDES, M.; BERLINCK, R.A. (Orgs.). *E os preços eram commodos...: anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Humanitas; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.
- HARLEY, J.B. Deconstructing the map. *Cartographica*, Toronto, v. 26, n.2, p. 1-20, 1989 (tradução do autor).
- HOLANDA, S. B. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- IDOETA, I. ; IDOETA, I. V.; CINTRA, J. P. *São Paulo vista do alto: 75 anos de aerofotogrametria*. São Paulo: Érica, 2004.
- JOLY, F. *A cartografia*. Trad. Tânia Pelegrini. Campinas: Papyrus, 1990.
- JORGE, A. G. A. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Brasília, DF: Senado Federal, 1999.
- JUZARTE, T. J. *Diário da navegação*. Org. Jonas Soares de Souza, Miyoko Makino. São Paulo: Edusp; Imesp, 2000.
- KOSSOY, B. *Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.
- LEITE, J. F. *A ocupação do Vale do Paranapanema*. São Paulo: Hucitec; Fundação Unesp, 1998.
- LEITE, M. M. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo: Edusp, 1993. (Coleção Texto e Arte, 9).
- LIMA, J. F. T. *A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru*. Dissertação (Mestrado em História Social)-FFLCH/USP, São Paulo, 1978 (mimeografado).
- LIMA, S. F.; CARVALHO, V. C. *Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica de consumo, álbuns de São Paulo (1887-1954)*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 1997 (Coleção Fotografia. Texto e Imagem).
- LISBOA, J. M. (Org.). *Almanach litterario de São Paulo para o anno de 1878: 3º anno* (edição fac-similar). São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1983.
- DEUS, G. M. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia. 1975.

- MARQUES, A. A. S. *Indicador de São Paulo: administrativo, judicial, industrial, profissional e commercial para o anno de 1878*. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, 1878.
- MASP – MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO (São Paulo, SP). *Descobrimento e Colonização: Brasil 500 anos: catálogo*. São Paulo, 2000.
- MAUSS, M. *Manuel d'ethnographie*. Paris: Payot, 1967 [tradução portuguesa: *Manual de Etnografia*. Lisboa: Dom Quixote, 1993].
- MICELI, P. (Org.). *O Tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, [2002].
- MILLIET, S. (Coord.). *São Paulo antigo: plantas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário [Melhoramentos], 1954.
- MILLIET, S. *Roteiro do café e outros estudos*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- MELLO, F. I. M. H. *Relatório apresentado a Assembléa Geral Legislativa...* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.
- \_\_\_\_\_. *Atlas do Brasil*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1909.
- MEYER, A.; MORAES, R. B. [anotações]. *Histoire de Nicolas I, roy du Paraguai et empereur des mamelus*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora Zelio Valverde, 1944 [Edição Fac-similar].
- OLINTO, P. A. Folhinha Nacional Brasileira para o ano de 1837. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis, RJ: Ministério da Educação e Saúde, 1945.
- OLIVEIRA, C. H. S.; MATTOS, C. V. (Org.). *O brado do Ipiranga*. São Paulo: Museu Paulista; Edusp, 1999.
- OLIVEIRA, C. *Dicionário Cartográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
- OLIVEIRA, S. A Estrada do Taboado. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, ano III, v. XXXI, p. 65, jan. 1937.
- PALLIÈRE, A. J. *Mon voyage dans les mines générales (...) le 16 de Juillet de 1821*. Acervo IEB-USP, Manuscrito n. 32 (coleção Yan de Almeida Prado).
- PINHEIRO, P. S. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *O Brasil republicano: sociedades e instituições (1889-1930)*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1990. (História geral da civilização brasileira. Período republicano, v. 9).
- RAISZ, E. *Cartografia geral*. Rio de Janeiro: Científica, 1969.
- REGO, L. F. M. A cartografia de São Paulo. *Boletim Instituto de Engenharia*, São Paulo, v. XXIII, n. 120-124, mar.-abr. 1936.
- REIS, N. G. *Evolução urbana do Brasil (1500-1700)*. São Paulo: Edusp, 1968.



\_\_\_\_\_. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp; Imesp; Fapesp, 2000.

*REPERTÓRIO de Sesmarias*: concedidas pelos Capitães Generais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821. São Paulo: Tip. do Globo, 1944, v. 6. [Edição Fac-similar] [reeditado por: São Paulo: Arquivo do Estado, 1994].

*REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Tomo 85, v. 139, 1921.

*SÃO PAULO*: onde está sua história: catálogo. São Paulo: MASP, 1981.

SILVA, J.T. *São Paulo: 1554-1880*. Discurso ideológico e organização espacial. São Paulo: Moderna, 1984.

SILVA, S. C.A. *Legenda Domino tesorum ourum*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

SONTAG, S. *Ensaio sobre fotografia*. Lisboa: Dom Quixote, 1986.

TAUNAY, A. E. *Collectanea de mappas da Cartographia paulista antiga*. São Paulo: Museu Paulista; Melhoramentos, 1922 (Acervo de obras raras da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo).

\_\_\_\_\_. *Ensaio de carta geral das Bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1952.

\_\_\_\_\_. *Relatos monçoneiros*. 7. ed. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

TOLEDO, B. L. *O real corpo de engenheiros na Capitania de São Paulo*. São Paulo: João Fortes Engenharia, 1981.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

WINCHESTER, S. *O mapa que mudou o mundo: William Smith e o nascimento da geologia moderna*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

WOOD, D. *The Power of maps*. New York: The Guilford Press, 1992 (tradução do autor).

Artigo apresentado em 06/2005. Aprovado em 04/2006.